

IAN OLIVEIRA LEROY

Matrícula: 11821RIT014

BRASIL E NEOLIBERALISMO:

Rodadas de neoliberalização e limites à autonomia de política econômica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

IERI - INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2023

IAN OLIVEIRA LEROY

Matrícula: 11821RIT014

BRASIL E NEOLIBERALISMO:

Rodadas de neoliberalização e limites à autonomia de política econômica

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Soraia Aparecida Cardozo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

IAN OLIVEIRA LEROY

Matrícula: 11821RIT014

BRASIL E NEOLIBERALISMO:

Rodadas de neoliberalização e limites à autonomia de política econômica

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 30 de novembro de 2023

Prof. Dra. Soraia Aparecida Cardozo

Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp

Prof. Dra. Marisa Silva Amaral

Dedico este trabalho ao meu gato Corsa.

Agradecimentos

Acredito que a construção de conhecimento não é um trabalho individual. Não existe um único mérito que seja alcançado sem o apoio de outras pessoas. Por isso, para mim, tecer agradecimentos é uma tarefa difícil. Muitas pessoas me ajudaram a entrar na universidade e muitas outras me ajudaram a concluir o curso. Difícilmente eu seria capaz de citar a todos aqueles que fizeram parte desse processo. O que me resta é a tentativa de agradecer àqueles mais próximos a mim, a fim de lembrá-los que minha chegada ao final do curso também é um mérito deles. Sendo assim, primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Mozart Leroy e Maristela Leroy. Sem o esforço de vocês eu não teria condições para que pudesse me dedicar aos estudos e, assim, produzir esta monografia. Foi por causa de vocês que hoje possuo conhecimentos que vão muito além da área científica. Espero que reconheçam este meu trabalho como forma de agradecimento ao que fizeram e continuam fazendo por mim. Do fundo do meu peito, muito obrigado! Agradeço também a minha irmã Luana Leroy e meu cunhado Guilherme Nunes por me proporcionarem sobrinhos lindos que alegram o meu cotidiano. Luana, você me ensinou muito sobre a vida e agradecimento nenhum no mundo seria suficiente para demonstrar meu afeto a você e sua família. Agradeço também ao meu já falecido avô João Alfredo Furst Leroy, que mesmo acometido pelo alzheimer, se lembrava com alegria qual era meu curso e ansiava em participar da minha formatura. Aos meus amigos de longa data, que me ensinaram o verdadeiro significado de amizade e me inspiram a seguir seus exemplos na busca para ser uma pessoa melhor. Diovanni Antonelli, Gabriel Ribeiro, Natan Alves e Nathan Coelho muito obrigado por fazerem parte da minha vida deixando-a mais leve. Aos amigos que fiz durante a universidade, na qual sem a ajuda de cada um deles eu não estaria nem próximo de concluir o curso, o apreço que cultivo por cada um de vocês é imenso. Camilla Alanis, Danilo Horta, Eduarda Ribeiro, João Marcos Poyer, Katarina Falcão, Lucas Ramos, Nicolas Boareto, Pedro Neto saibam que são muito especiais para mim e que vocês tornaram a minha graduação um período ímpar. A minha estimada companheira Raylla Borges, meus dias ao seu lado são sempre motivos para agradecer à vida. A você agradeço pelo companheirismo e por confiar mais em mim do que eu mesmo. Aos meus professores agradeço pelo esmero com que o conhecimento foi repassado. Em especial gostaria de agradecer ao Professor Augusto Leão e a Professora Soraia Cardozo por me auxiliarem nos meus primeiros passos na pesquisa acadêmica. Obrigado por serem pessoas prestativas e por tratarem com empatia as minhas dificuldades que surgiam ao longo do processo. A todos que foram citados e aos que irão ler o trabalho o meu mais puro obrigado!

BRASIL E NEOLIBERALISMO: RODADAS DE NEOLIBERALIZAÇÃO E LIMITES À AUTONOMIA DE POLÍTICA ECONÔMICA.

(BRAZIL AND NEOLIBERALISM: ROUNDS OF NEOLIBERALIZATION AND LIMITS TO POLITICAL ECONOMY AUTONOMY.)

Ian Oliveira Leroy¹

RESUMO

Desde o final do século passado o neoliberalismo avança sobre a sociedade brasileira promovendo retrocessos ao país. Por isso, o presente trabalho busca compreender o que define o neoliberalismo e os avanços desse movimento sobre o território brasileiro. Assim, visamos descobrir se existiram rodadas de neoliberalização ao longo dos mais de 30 anos em que se observa a hegemonia neoliberal no Brasil. Buscamos também compreender os motivos que levam a perpetuação da ordem neoliberal ao longo desse extenso período e observar como a financeirização impõe limites à atuação do Estado. Para isso, utilizamos do processo de revisão bibliográfica para chegar à conclusão de que de fato aconteceram três rodadas de neoliberalização no Brasil e que cada uma delas atuará à sua maneira para responder aos interesses do sistema financeiro, perpetuando a ordem neoliberal.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Brasil; Sistema financeiro.

ABSTRACT

Since the end of the last century, neoliberalism has advanced over Brazilian society, promoting setbacks for the country. Therefore, this work seeks to understand what defines neoliberalism and the advances of this movement in Brazilian territory. Thus, we aim to discover whether there have been rounds of neoliberalization over the more than 30 years that neoliberal hegemony has been observed in Brazil. We also seek to understand the reasons that lead to the perpetuation of the neoliberal order throughout this extensive period and observe how financialization imposes limits on the country's actions. To do this, we used the bibliographic review process to reach the conclusion that there were in fact three rounds of neoliberalization in Brazil and that each of them will act in its own way to respond to the interests of the financial system, perpetuating the neoliberal order.

Keywords: Neoliberalism; Brazil; Financial system.

¹ Formando do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	6
Introdução.....	8
Capítulo 1 - Breve conceituação de Neoliberalismo.....	10
1.1. A evolução do pensamento liberal.....	11
1.2. O caráter ideológico do Neoliberalismo.....	16
1.3 O processo de acumulação capitalista sob o Neoliberalismo.....	19
Capítulo 2. Introdução e consolidação do neoliberalismo no Brasil.....	27
2.1 Antecedentes a 1990.....	27
2.2 Breves apontamentos sobre o neoliberalismo no Governo Collor.....	29
2.3 Governos Itamar Franco e FHC.....	30
Capítulo 3 - Da continuidade do neoliberalismo nos Governos Lula e Dilma Rousseff à intensificação das reformas em Temer e Bolsonaro.....	35
3.1. Evidências de manutenção do neoliberalismo nos Governos Lula 1 e 2.....	35
3.2. Tentativa de estímulo ao investimento e a reação do mercado.....	39
3.3 Governos Temer e Bolsonaro.....	41
Conclusão.....	48
Referências Bibliográficas.....	50

Introdução

Em decorrência do momento histórico que estamos vivenciando, no qual o avanço de políticas neoliberais atravessam os direitos trabalhistas em prol da manutenção da estabilidade econômica, o presente texto visa assimilar o que caracteriza o neoliberalismo e conceituar de qual forma ocorreu a introdução e a expansão das políticas neoliberais em território brasileiro.

Esse movimento é feito com a finalidade de compreender se existiram diferentes rodadas de neoliberalização no Brasil e, caso tenham existido, quais seriam os períodos correspondentes a cada um dessas fases. Além disso, ensejamos examinar quais os motivos que levam o país a manter um arcabouço de políticas neoliberais mesmo com a eleição de governos que possuíam discursos contrários a esse pensamento. Assim, esperamos avaliar como o processo de financeirização, característica central do neoliberalismo, impõe limites à atuação do Estado, impossibilitando a prática de políticas econômicas divergentes dos interesses financeiros.

Acreditamos que o avanço das ideias neoliberais no país de fato criou amarras sobre a política econômica nacional. Essas amarras visam defender uma ordem econômica que seja favorável ao progressivo processo de acumulação de capital pelo setor financeiro. Para isto, a atuação do Estado foi reformulada e subordinada a praticar políticas que assegurem os ganhos do capital na esfera financeira. Por fim, julgamos que esse processo não aconteceu de forma imediata, mas sim através de períodos que avançam ou retrocedem a inserção do país na ordem neoliberal.

Dessa maneira, utilizando do processo de revisão bibliográfica, além desta introdução e das considerações finais, este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta três capítulos que possuem a finalidade de encontrar possíveis respostas aos problemas levantados. O Capítulo 1 se refere a uma análise sobre como podemos caracterizar o neoliberalismo. Isto é feito através de um resgate histórico da construção do pensamento neoliberal; na identificação das suas capacidades ideológicas e a importância das mesmas para o avanço deste pensamento ao redor do mundo; e por meio da contextualização da ascensão dos mercados financeiros integrados ao redor do mundo. O Capítulo 2 visa contextualizar a ascensão do pensamento neoliberal no Brasil e apontar as medidas econômicas formuladas durante os períodos dos Governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, que inseriram o país nos circuitos neoliberais internacionais. O Capítulo 3 busca compreender os avanços e retrocessos que as políticas

neoliberais possuem durante o período governado pelos representantes filiados ao Partido dos Trabalhadores e pelos ex-presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Capítulo 1 - Breve conceituação de Neoliberalismo

Para compreender o que é neoliberalismo em sua totalidade não basta procurarmos sua definição em um dicionário. Isto pois, por mais simples que esse termo aparente ser, devido ao seu extensivo uso pela literatura acadêmica em geral, existem diversas definições e interpretações sobre o que é o neoliberalismo, que se diferem no foco temático que dão a este evento, mas ainda assim se relacionam e devem ser compreendidos em conjunto.

Fine & Saad-Filho (2016), em seu texto *“Thirteen Things You Need to Know About Neoliberalism”* apontam para quatro principais definições: a) uma baseada no arcabouço de políticas econômicas; b) um grupo de políticas, instituições e práticas baseadas no arcabouço econômico; c) um avanço da classe dominante contra os trabalhadores; e por fim d) uma nova fase do capitalismo, na qual reorganizou toda a estrutura material da sociedade, da economia e da política.

Observando esses quatro eixos, fica evidente que o neoliberalismo não é apenas um agrupamento de teorias econômicas, como alguns autores - defensores das reformas neoliberais - gostam de afirmar (embora isso seja bastante importante para compreendê-lo). Essas ideias servem de fundamento para a definição de políticas e instituições que possuem como último fim a defesa dos interesses de uma classe dominante e que para isso reestruturaram não apenas as economias, mas as sociedades do mundo todo e suas culturas. (FINE e SAAD-FILHO, 2016)

Nesse sentido, é preciso compreender o desenvolvimento do pensamento neoliberal por três eixos, a fim de compreender a sua totalidade. O primeiro desses eixos é o teórico, no qual devemos avaliar a evolução das idéias econômicas liberais, para que seja possível compreender o surgimento do neoliberalismo na década de 1960 e avaliar de acordo com as suas principais ideias as diferenças que carrega frente ao pensamento liberal. O segundo eixo que precisamos observar é o ideológico, no qual diz respeito ao avanço dessas idéias para outras áreas do conhecimento e da sociedade, formulando políticas e instituições, e assim possibilitar demonstrar como isso favorece a certos grupos da sociedade e desfavorece a outros. Por fim é preciso dar atenção ao último eixo que diz respeito ao caráter de mudança que o neoliberalismo possui frente a outros períodos do capitalismo, podendo assim ser observado como uma nova fase frente às transformações que ele promove em diversas áreas, mas em especial no processo de acumulação de capital.

1.1. A evolução do pensamento liberal

A fim de compreender o neoliberalismo, devemos buscar compreender a evolução do pensamento liberal, visto que a primeira teoria herda em seu arcabouço teórico alguns tópicos propostos pelos pensadores do liberalismo (mesmo que sejam utilizados com outra finalidade, como veremos adiante). Dessa forma, como será observado posteriormente, a principal diferença entre essas duas vertentes teóricas é o momento em que são formuladas, e isto vai fazer com que possuam características que possibilitam sua diferenciação. Nesse sentido, faz-se importante retomar o contexto em que surge o liberalismo, suas teorias e seus ideais para que assim seja possível compreender a vertente teórica neoliberal e avaliar a sua evolução frente a sociedade.

Nesse sentido, é importante compreendermos que o desenvolvimento do capitalismo é intrínseco ao desenvolvimento dos Estados modernos. A partir do período mercantilista o Estado passa a desempenhar um importante papel na área econômica. As atividades de comércio de uma burguesia politicamente fraca passam a demandar um Estado forte que garanta condições para o desenvolvimento de suas atividades. Dessa forma, o Estado passou a atuar em diferentes áreas, garantindo maior controle sobre seu território e sociedade, ao passo que também visava defender os interesses da burguesia, como por exemplo organizando o comércio e assegurando a apropriação de terras. Nesse sentido, a defesa dos interesses burgueses acontecia devido a uma convergência de interesses, pois durante esse período o enriquecimento de um Estado (aumento das reservas de metais) era garantido pelo seu sucesso comercial (OLIVEIRA, 2009).

Contudo, com o fortalecimento estatal surge um excessivo controle econômico deste agente sobre a sociedade, devido a sua necessidade de cobrir os altos dispêndios do governo, o que impedia o desenvolvimento das atividades burguesas. É nesse contexto que tem início as revoluções burguesas e junto com elas a criação do pensamento liberal (OLIVEIRA, 2009). Devido ao contexto em que surge o pensamento liberal, este possuía um caráter progressista, pois visava romper com o antigo sistema absolutista em favor de uma ordem que defendesse as liberdades individuais (CARCANHOLO, 2004).

Dessa forma, as ideias liberais desse período são baseadas em debates filosóficos sobre liberdade e igualdade, de maneira que a grande intervenção estatal na vida cotidiana foi vista como um dos principais empecilhos para se atingir o bem estar geral da sociedade, e assim sua função estaria resguardada apenas em garantir os direitos naturais dos homens.

Nesse sentido, essas teorias postulam sobre a superação da exploração e da dependência humana presente no antigo sistema absolutista. Contudo, na prática, após as revoluções que deram fim aos reis absolutistas, as estruturas de exploração de classe foram mantidas, se observando apenas uma emancipação política do antigo sistema (NETTO e BRAZ, 2012). Isto pode ser explicado pela necessidade de limitar a atuação dos Estados dentro do campo econômico e social e garantir maior autonomia à classe burguesa, sem abrir mão do sistema de exploração de classes já existentes.

Todo esse contexto também nos ajuda a compreender as principais ideias formuladas pelo pensamento liberal para a área econômica. Nos anos que seguem às revoluções burguesas, surgem os principais nomes do pensamento econômico clássico, como Adam Smith e David Ricardo, que baseiam suas teorias na existência de “leis naturais” que regem o âmbito econômico. Segundo os mesmos, caso tais “leis” não sejam contraídas por fatores externos, o sistema econômico por si é capaz de alcançar máxima eficiência. Dessa forma, defendem que o mercado, através da concorrência, seria capaz de atuar para estabilizar possíveis desequilíbrios na alocação de recursos, negando a necessidade da interferência do Estado nesse processo (OLIVEIRA, 2009).

. Observamos que o período em que ocorreu a Revolução Industrial coincide com a expansão da teoria econômica clássica na sociedade (OLIVEIRA, 2009). É importante pontuar além de tudo que já foi apresentado, que a teoria clássica defende que os agentes econômicos são racionais e egoístas, ou seja, que buscam maximizar seus ganhos e que, em um sistema sem intervenções do Estado, a interação dessas ações individuais levaria ao bem estar geral (CARCANHOLO, 2004). Neste sentido, frente ao aumento da desigualdade econômica e social advindos da Revolução Industrial, era claro que a premissa anterior de que o bem estar geral seria garantido pela ausência de intervenção estatal era uma falácia. Com isto, surgem outras teorias com vista à redução das assimetrias de classe, como as teorias socialistas, que ganharam espaço na sociedade ao longo do século XIX (OLIVEIRA, 2009).

Na segunda metade do século XIX, surge a escola neoclássica, que ainda aceitava os axiomas sobre indivíduos egoístas e racionais, a defesa do livre mercado e um Estado mínimo postulados pela escola clássica, contudo alteraram o foco dos fatores que definem o valor dos produtos. Para os teóricos clássicos o valor de um bem estava atrelado, principalmente, ao fator trabalho, enquanto que para os neoclássicos o valor de um produto estaria relacionado à sua utilidade, ou seja, dão mais importância às variáveis relacionadas à demanda (OLIVEIRA,

2009). Além disso, essa nova escola se apresentava de forma diferente das tradicionais linhas de pensamento econômico. Como Ha-Joon Chang explicita “a escola neoclássica queria que sua análise se tornasse uma ciência pura, despojada de dimensões políticas (e, portanto, éticas) que envolvem julgamentos subjetivos de valor” (CHANG, 2015 p. 115) e para afirmar isso torna-se extensivo e indispensável o uso da matemática em suas análises. Devemos pontuar que a teoria neoclássica será retomada como a principal visão teórica do neoliberalismo, contudo o contexto de seu surgimento é diferente do momento em que vai ser retomada, em 1970, com novos teóricos e diferentes debates.

Assim, em consonância com o que foi apresentado, a teoria liberal foi predominante nos estudos de economia desde o final do século XVIII até o início do século XX, quando a crise de 1929 ameaçou a existência da ordem capitalista. Desde o final do século XIX já vinham ocorrendo mudanças na ordem econômica mundial com a maior concentração e centralização do capital, levando a alteração nas relações entre Estado e mercado. Durante esse período os Estados Nacionais dos países industrializados, aos poucos, passavam a desempenhar novas funções em favor dos interesses do capital privado, que avançava em uma atuação mais monopolística (OLIVEIRA, 2009).

Deste modo, o que observamos é que o capital necessitava que o Estado garantisse a ele a conquista de novos mercados externos, com sua política imperialista, além de um agente externo ao sistema que servisse como árbitro para os novos conflitos que surgiam entre capitais em decorrência da atuação de empresas oligopólicas. Tais conflitos não eram possíveis de serem controlados pela força do mercado, como vinha acontecendo em períodos anteriores. Portanto, o Estado, aos poucos, assume certa autonomia de ações e integra a si processos em áreas que não eram de interesse do capital privado (mesmo que importantes), como as de infraestrutura ou aquelas relacionadas ao conflito distributivo de classes. O Estado assim sofre uma mudança qualitativa em sua atuação, que só será percebida pelos teóricos liberais em decorrência da crise de 1929 (OLIVEIRA, 2009).

Destarte, mesmo com as evidentes mudanças do aparato Estatal, é apenas com a crise de 1929, na qual houve uma grave redução dos níveis de renda e emprego de toda a economia capitalista, que será justificada a atuação ativa do Estado no campo econômico (OLIVEIRA, 2009). Essa visão é acompanhada pela ideia de falha do capitalismo e em especial da teoria liberal dominante até o momento, que será reforçada com a Segunda Guerra Mundial, e que fomentou a ideia de que “o único caminho que restara era chegar a uma correta combinação

de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade” (HARVEY, 2008, p. 20).

Nesse sentido, após 1945, o liberalismo que defendia o livre mercado e a não intervenção do Estado entra em declínio e as grandes economias do mundo passam a adotar o keynesianismo² como principal teoria econômica em vista de guiar os países à superação de um período de crise econômica. Essa nova teoria defendia a atuação do Estado não apenas na regulação dos processos econômicos, como também no planejamento de estratégias para o avanço econômico e na formulação de um sistema de bem-estar social (HARVEY, 2008).

Devemos esclarecer que desde a década de 1930 o keynesianismo já vinha sendo utilizado como principal política econômica nos Estados Unidos da América (EUA), frente aos eventos de 1929. Contudo, é após 1945, com a conferência de Bretton Woods, que tais políticas serão implementadas no plano internacional, com a criação de algumas instituições como a do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), forçando uma aderência geral pela maioria dos países capitalistas do ocidente. Consequentemente, observamos que foram três décadas de reestruturação global da economia, da sociedade, dos Estados e da cultura (FINE e SAAD-FILHO, 2016), que guiaram o mundo para uma época de prosperidade econômica, em especial nos países desenvolvidos e aqueles considerados em desenvolvimento (HARVEY, 2008).

Todavia, esse período keynesiano começa a entrar em colapso durante a década de 1960 devido ao início de variadas crises econômicas ao redor mundo que perduram a ocorrer até o final do século XX. É nesse contexto que as teorias neoliberais ascendem a uma posição hegemônica. Os pensadores neoliberais quando se deparam aos primeiros sinais de falha da teoria keynesiana em solucionar os problemas de queda na acumulação de capital³, retomam aos axiomas liberais de defesa do livre mercado, Estado mínimo e de indivíduos racionais a fim de manter o *status quo* econômico das classes sociais (HARVEY, 2008). Assim, foram propostas mudanças econômicas, como a redução de gastos estatais, privatizações, abertura comercial e financeira, entre outras reformas que foram justificadas como soluções para as

² David Harvey (2008) prefere a denominação liberalismo embutido, frente ao caráter ainda liberal da teoria keynesiana de defesa dos mercados capitalistas, com apenas algumas restrições e regulações advindas da ação do Estado.

³Na visão de Fine & Saad-Filho (2016), observar a virada neoliberal como uma resposta às falhas da teoria keynesiana pode ser um pouco reducionista pelo motivo de que deixamos a parte todo processo histórico de reestruturação global econômica ocorrida durante o período de prevalência keynesiana.

crises inflacionárias, de desemprego e de estagflação que ocorreram durante a segunda metade do século XX em vários países (CARCANHOLO, 2004).

Nesse sentido, a virada neoliberal é vista como um movimento conservador/reacionário que visa restabelecer uma ordem anterior baseada nas ideias de livre concorrência, se diferenciando do movimento liberal que buscava a emancipação do regime absolutista. Não obstante, ele também se difere com o liberalismo clássico pois seu corpo teórico subordina à economia debates filosóficos sobre liberdade e igualdade, levando esse movimento a se manifestar mais como um receituário de políticas econômicas (CARCANHOLO, 2004). Frente ao que foi apresentado, o Estado no neoliberalismo passa a desempenhar um papel novo, não mais o de busca de bem-estar social ou Estado alheio a economia, mas um Estado forte o suficiente para estabelecer políticas de Estado mínimo favoráveis ao capital financeiro e que consiga se defender de eventuais conflitos de classe que isso possa gerar. Outro eixo importante de pontuar é que mesmo com políticas econômicas estabelecidas, o neoliberalismo ainda possui divergências teóricas internas e em sua aplicação, na qual vão resultar ao redor do mundo em diferentes características, impactos e resultados (CARCANHOLO, 2004).

Além disso, a financeirização é uma característica que merece destaque. Mesmo que seja retomado com maior profundidade este tema no presente trabalho, a financeirização é uma característica indissociável do neoliberalismo, pois representa uma nova forma de acumulação de capital que reestruturou a reprodução da economia e da sociedade, garantindo o restabelecimento do poder das classes dominantes, das instituições capitalistas e do poder imperialista norte americano (FINE e SAAD-FILHO, 2016).

Por fim, explicar o neoliberalismo apenas a partir dessa visão não é suficiente, pois reduziria o movimento a apenas uma retomada das políticas econômicas que prevalecem nos debates teóricos de economia das principais potências antes de 1930. Nesse sentido, compreendê-lo apenas como uma mudança nas políticas macro e microeconômicas, é uma visão fraca para compreender tudo o que esse movimento representa e por isso se faz necessário darmos continuidade para entendermos os outros eixos que nos possibilitam uma compreensão mais apurada (FINE e SAAD-FILHO, 2016).

1.2. O caráter ideológico do Neoliberalismo

Como foi apresentado, as ideias presentes no pensamento neoliberal são derivadas de um arcabouço teórico bastante voltado à economia, diferente do que acontece com o movimento liberal, que, inicialmente, em seu pensamento se agrupam diferentes áreas do conhecimento para darem origem ao eixo de economia política⁴. Dessa forma, o que observamos é que no pensamento neoliberal o eixo econômico se sobressai frente a outras áreas do conhecimento, como a política e a filosofia, e os subordinam a atuarem a seu favor⁵. Com isso, o movimento neoliberal não pode ser compreendido apenas a partir das mudanças nas políticas econômicas dos Estados que decorrem de sua adoção, pois para além disso o movimento neoliberal redefine as relações entre a economia, o Estado, a sociedade e os indivíduos (FINE e SAAD-FILHO, 2016). A ideologia no neoliberalismo torna-se assim um importante eixo a ser estudado para se compreender quais os motivos que permitem o avanço dessas ideias ao redor do mundo.

Destarte, é na década de 1960 que vão ter destaque os primeiros pensadores do neoliberalismo. Tais autores, como Milton Friedman e Ludwig von Mises, retomam as ideias da escola liberal neoclássica de pensamento econômico para escreverem suas novas teorias, contudo em um novo contexto mundial. O mundo agora se encontrava em um período em que o Estado desempenhava um grande espaço na sociedade e as teorias socialistas se espalharam pelo mundo com o avanço da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nessa perspectiva, os autores neoliberais construíram narrativas contrárias a essas diferentes visões econômicas ao formularem um receituário de políticas econômicas a serem adotadas pelos Estados. Tais ideias alcançam grupos com bastante poder econômico dentro dos EUA, que temem um possível avanço soviético no mundo e também acreditam que qualquer forma de intervenção e regulação estatal pode ser maléfica à economia e, por conseguinte, a eles. Assim, esses agentes financiam, com grande fluxo de dinheiro, o desenvolvimento das escolas neoliberais como meio de proteger e aumentar o poder político e econômico desses grupos (HARVEY, 2008).

⁴ Os estudos de economia inicialmente são intitulados dessa maneira. É apenas com o desenvolvimento das teorias neoclássicas que os estudos passam a ser denominados de ciência econômica.

⁵ Com a ascensão do neoliberalismo, os eixos políticos e filosóficos passam a atuar em defesa desse movimento. Assim, no eixo político haverá o aumento de propostas voltadas à defesa do livre mercado, do corte de gastos, redução de políticas públicas, de forma que essas medidas atuam em defesa de uma proposta econômica. O Estado assume os interesses do capital como se fossem o interesse público. No âmbito filosófico, se observa o mesmo movimento através do aumento da defesa de ideias que pregam o individualismo como modo operante da sociedade, pautado principalmente sobre o empreendedorismo e a meritocracia. Assim, vislumbramos que, não a filosofia como um todo, mas parte dela assume bandeiras econômicas para justificar formas de atuação que condizem com o neoliberalismo.

Com o tempo, esses *think tanks* neoliberais ganham espaço no debate econômico e tornam-se influentes na academia, entretanto, é no final da década de 1970 que começam a influenciar de fato as tomadas de decisão dentro dos Estados. Isto posto, vemos que nas duas principais potências da época, EUA e Reino Unido, o ideário neoliberal, baseado no monetarismo, será adotado como forma de solucionar períodos de estagflação e alta inflação, respectivamente, que assolavam esses países. Tais políticas econômicas por si não eram suficientes para conseguir atingir esse objetivo e deveriam estar sustentadas com o apoio político do Estado. Assim, os governos usariam da ideologia neoliberal para conseguir criar um consenso, dentro do aparato estatal e na sociedade, sobre qual rumo deveria ser tomado e, com isso, aprovar diferentes reformas que trazem maior liberdade de atuação para o grande capital ao tempo que reduzem o poder político dos trabalhadores. Exemplos das principais reformas que acontecem a fim de dar suporte às mudanças na política econômica neste período são a extinção das políticas de bem estar social, a redução nas despesas públicas, o desmantelamento de grupos sindicais e das leis trabalhistas (HARVEY, 2008).

Todavia, a ideologia neoliberal não se restringe a atuar apenas no campo econômico e político, no decorrer dos anos ela se estende para a sociedade sendo integrada à vida cotidiana, assim como a outras áreas do conhecimento. Deste modo, ao tempo que o avanço neoliberal suprime regras e instituições no campo econômico e político, para outros espaços ele formula novas formas de se atuar pautadas em sua doutrina. Essa doutrina, similarmente aos axiomas econômicos que prezam pela ação individual do homem sem a interferência do Estado, também defende e privilegia as ações com caráter individualista, justificando assim as ideias de meritocracia e fomentando a competição entre indivíduos dentro da sociedade (FINE e SAAD-FILHO, 2016). Em vista disso, as consequências da disseminação dessa ideologia na sociedade podem ser compreendidas através do seguinte trecho:

The ideology of self responsibility has been especially significant since it deprives the citizens of their collective capacities, agency and culture, appears to value consumption above all else, places the merit of success and the burden of failure on isolated individuals, and suggests that the resolution of every social problem requires the further individualization and financialization of social provision and intercourse. (FINE e SAAD, 2016, p. 13)

Além disso, a defesa do mercado e do capital privado, em especial do financeiro, também tornam-se eixos importantes na ideologia neoliberal, na qual irão justificar a ação, principalmente dos EUA, de expandir o neoliberalismo para outras regiões do mundo. Isto

acontece não apenas através de uma reorganização do sistema econômico internacional, com o fim da ordem estabelecida em Bretton Woods, mas também através de uma tradição imperialista dos EUA que consiste em expandir os seus interesses a outras regiões através da interferência direta ou indireta no sistema político dos países. Por conseguinte, o que pode ser observado é a forte presença norte-americana, no pós Segunda Guerra Mundial, em regiões recém descolonizadas com a finalidade de evitar o avanço socialista e de impor a elas governos favoráveis aos interesses norte-americanos (HARVEY, 2008).

Exemplos dessa conduta são variados, podemos citar países do Oriente Médio, do continente africano, América Central e América do Sul, os quais foram alvos da influência estadunidense e guiados a realizarem reformas políticas e econômicas. Assim, associando ao fato de que o neoliberalismo não era a ideologia dominante ao redor do mundo e possuía frentes ideológicas que se opunham a ela, a intervenção norte-americana acontece também como forma de reprimir esses grupos contrários e abrir espaço para a expansão do neoliberalismo. Com isso, ao se associarem às elites dos países e definirem com elas governos favoráveis à ideologia neoliberal, os EUA conseguiram realizar as reformas políticas apresentadas anteriormente que sustentam o receituário econômico neoliberal e suprimem o movimento trabalhista de defesa de seus direitos (FINE e SAAD, 2016).

Em suma, o que precisamos compreender é que com a finalidade de instituir as reformas econômicas neoliberais é necessário que também sejam realizadas reformas políticas, na sociedade e nos indivíduos, para que assim se consiga conter possíveis revoltas que surjam contra o neoliberalismo. Nesse sentido, o papel da ideologia neoliberal se apresenta não apenas em reduzir o poder de grupos de oposição, ao remover seus direitos e desorganizar seus grupos, ou em promover políticas econômicas neoliberais, mas também em redefinir as subjetividades no pensamento da população e nas relações sociais, construindo um novo ambiente que promove e preserva a existência do neoliberalismo (FINE e SAAD, 2016).

Não obstante, o debate ainda poderia se estender a outros temas relacionados ao avanço da ideologia neoliberal e como isso ocorre através dos meios de comunicação de massa, do uso de *soft power* norte americano ou até falar sobre como a ideologia neoliberal subverte o conceito de liberdade. Contudo, isso extrapola o escopo do atual trabalho que é o de compreender apenas o avanço do sistema financeiro no Brasil e como este evento constrange alternativas não neoliberais para a condução da política econômica e da política

social brasileira. Assim, avançando no trabalho iremos avaliar a seguir os motivos que levam a expansão da ideologia neoliberal ao redor do mundo, e para vários autores a sua principal característica que é o novo processo de acumulação baseado no capital financeiro.

1.3 O processo de acumulação capitalista sob o Neoliberalismo

Até o momento, observamos o processo teórico que leva ao desenvolvimento do pensamento neoliberal e também como ocorre a sua expansão para fora dos centros onde é desenvolvido, formulando assim um novo consenso sobre diversas áreas. Nesse sentido, podemos compreender o neoliberalismo como uma teoria que inicialmente, por não ser hegemônica, visa redefinir o consenso sobre o pensamento econômico através da expansão de uma ideologia favorável. Contudo, ainda nos resta definir de fato qual o seu objetivo, tendo em vista que o neoliberalismo não pode ser compreendido apenas como mudanças nas políticas econômicas e, por conseguinte, como apenas um meio de solucionar crises econômicas.

Sendo assim, o tópico atual visa debater sobre o sistema financeiro e como esse, ao ser reformulado através do avanço neoliberal e da financeirização, assume uma maior importância e define um novo processo de acumulação. Consequentemente, iremos demonstrar que a financeirização é uma característica intrínseca do neoliberalismo. Assim, frente a essas mudanças, podemos relacionar que o surgimento do neoliberalismo está mais relacionado à necessidade das elites econômicas em retomarem altas taxas de lucro, desenvolvendo portanto novos meios de acumulação de capital, do que com a busca por soluções às crises econômicas que afetam a sociedade como um todo.

Com isso, primeiramente devemos avaliar como acontece a expansão do neoliberalismo ao redor do mundo, a fim de compreender os movimentos econômicos que levam à redefinição da importância do capital financeiro. Nesse sentido, primeiramente devemos retomar que a partir de 1945 o mundo adentra em um período econômico de hegemonia do pensamento keynesiano, ou seja, é instaurada pelas principais potências mundiais uma ordem econômica que permite a participação do Estado na economia através da realização de políticas nacionais voltadas à industrialização, ao desenvolvimento e ao progresso social. A participação do Estado é garantida pela necessidade de se construir um ambiente político internacional mais pacífico e, para isso, a adoção do keynesianismo torna possível que o Estado limite as ações privadas, assim restringindo o poder das oligarquias e monopólios, que, quando autônomos, possuem capacidade de adotar medidas arbitrárias que

desfavorecem certas classes sociais e poderiam levar a uma nova ebulição social e novas guerras. Além disso, o Estado passa a se comprometer com a manutenção do pleno emprego, com o direito ao trabalho e com o crescimento dos salários reais com finalidade de reduzir as desigualdades propagadas pelo antigo sistema econômico (BELLUZZO, 2016).

Portanto, no âmbito internacional observa-se a construção de uma ordem econômica que, além de possibilitar a maior participação do Estado nas economias nacionais, visava a construção de um ambiente que instigasse o comércio internacional e que possuísse regras monetárias a fim de garantir confiança na moeda-reserva juntamente com a garantia de liquidez nas transações. Dessa forma, criava-se uma ordem internacional estável e regulada propícia para o desenvolvimento nacional e, também, com a presença da ação do Estado neste processo. Entretanto, é importante pontuar que essa nova ordem estabelecida possuía na hegemonia norte-americana a sua base de sustentação, isto pois, este país saiu da Segunda Guerra Mundial em uma posição estratégica, na qual garantiu a ele a capacidade de impor e defender uma ordem econômica internacional favorável aos seus interesses. Nesta lógica, observa-se que essa posição estratégica foi garantida através da capacidade norte-americana no pós-guerra de financiar as economias europeias devastadas. (BELLUZZO, 2016).

Destarte, o Keynesianismo na prática não é adotado estritamente como Keynes propõe em sua teoria, pois certos pontos de seu pensamento traziam incertezas a alguns grupos econômicos ou iam contra interesses norte americanos e, assim, a construção dessa nova ordem, estável e regulada, precisava ser moldada de acordo com os interesses dos EUA para funcionar. Tal submissão aos interesses norte-americanos é devido ao fato deste país ser o único a conseguir sustentar essa nova ordem econômica por conta de seu amplo poder econômico e político. Sendo assim, os EUA assumem a posição de reguladores do sistema capitalista ao, além de garantir o funcionamento das instituições internacionais fundadas em Bretton Woods (mesmo que pautadas em defesa do interesse norte americano), também conseguirem atuar como “fonte autônoma de demanda efetiva e empregador em última instância” (BELLUZZO, 2016, p. 14) à custa de sua função de emissor da moeda reserva adotada internacionalmente, o dólar (BELLUZZO, 2016).

Nesse cenário, as economias dos países integrantes dessa nova ordem econômica mundial crescem durante quase três décadas através de políticas expansionistas respaldadas nessa atuação reguladora dos EUA. Desse modo, o que se observa é que a partir da expansão monetária realizada pelos EUA, através do fornecimento de crédito para outros países, de

maneira quase que irrestrita, assim como pela garantia de demanda efetiva aos mesmos, se induz o avanço industrial de algumas nações. Nações, como Japão e Alemanha, desenvolvem durante este período capacidades industriais mais novas e com uso mais intensivo de tecnologias favorecendo sua rápida e expansiva inserção no mercado internacional. Ao mesmo tempo, os EUA passam a lidar com déficits comerciais constantes a partir da década de 1970 devido a perda da concorrência para essas economias em ascensão. Conseqüentemente, se observa a queda do crescimento e um hiato no desenvolvimento tecnológico das indústrias norte-americanas (BELLUZZO, 2016).

Contudo, os principais efeitos que decorrem desse cenário são a potencial perda de hegemonia dos EUA e a crescente desvalorização do dólar. As dificuldades dos norte americanos, em concorrer no mercado internacional com os países europeus e asiáticos, que fortaleceram suas economias e indústrias durante a ordem de Bretton Woods (através das políticas expansionistas), associado à crescente desvalorização da moeda reserva internacional e de circulação interna nos EUA (em virtude da expansão monetária realizada para a manutenção da ordem vigente), ameaçavam a hegemonia política e econômica da principal potência mundial (TAVARES, 1985). Também é importante pontuar que, concomitante a esses processos, a dívida pública norte-americana aumentava progressivamente em decorrência dos altos dispêndios com políticas de bem estar social, com a manutenção do seu poder na guerra fria e principalmente com a sua participação na guerra do Vietnã, na qual na década de 1970 já se perdurava por quinze anos. Nesse sentido, como Tavares expõe:

Até 1980/81 não era razoável supor que os EUA conseguissem reafirmar sua hegemonia sobre seus concorrentes ocidentais e muito menos tentar transitar para uma nova ordem econômica internacional e para uma nova divisão internacional do trabalho sob seu comando. (TAVARES, 1985, pág 5).

Pontuamos assim que o que se observa nesse período é o avanço da crise econômica nos EUA associada à ruína da ordem internacional keynesiana instaurada em Bretton Woods, que abre espaço para o avanço das ideias neoliberais. Portanto, no decorrer da década de 1970 os EUA enfrentam uma crise de estagnação subseqüente dos efeitos corrosivos de uma ordem econômica internacional que incentivava a desvalorização do dólar e não mais conseguia atuar em prol da manutenção da hegemonia econômica dos EUA. Ademais, ressaltamos que a ordem keynesiana já apresentava sinais de decadência ao longo da década de 1960 e ao longo dos anos 70 sofrerá seu fim em decorrência do desmantelamento de suas políticas (como o fim da conversibilidade do dólar em ouro) e dos choques do petróleo (o primeiro em 1973 e o

segundo em 1979). Nesse sentido, o neoliberalismo ganha espaço na sociedade em virtude desses eventos, retomando as ideias de redução do Estado na economia como a solução para o período de crise (BELLUZZO, 2016; OLIVEIRA, 2009).

Dessa forma, os EUA passam a adotar políticas econômicas ortodoxas, respaldadas no pensamento neoliberal, visando reduzir o déficit fiscal que havia acumulado, retomar a valorização do dólar e reestruturar sua hegemonia no sistema internacional. Dessa maneira, os EUA realizam cortes nos gastos públicos, reduzindo principalmente os gastos voltados à manutenção das políticas de bem estar social; fortalecem o processo de desregulação dos mercados financeiros, abrindo espaço para investimentos externos em títulos da dívida pública norte americana e, assim, a possibilidade da formação de mercados financeiros globalizados; e, por fim, em 1979 o Federal Reserve (FED), sob a presidência de Paul Volcker, eleva abruptamente as taxa de juros. Neste último tópico devemos pontuar que o FED é a instituição definida para regular a liquidez do dólar e, assim, ao elevar as taxas de juros, força uma captação compulsória de dólares que se encontravam em reserva fora dos EUA (BELLUZZO, 2016; TAVARES, 1985).

Sendo assim, os efeitos dessas políticas ao redor do mundo garantem que os EUA consigam retomar a sua posição hegemônica no sistema internacional ao compelir o restante dos países inseridos na antiga ordem de Bretton Woods a alterarem suas políticas econômicas. Logo, o que se entende é que, principalmente através do aumento das taxas de juros, os EUA põem fim a ordem keynesiana e submete o restante do mundo a alterar as suas políticas econômicas a fim de conseguirem divisas para o pagamento das dívidas que adquiriram ao longo dos anos anteriores. A partir daqui, os resultados derivados dessa ação unilateral dos EUA variam em cada parte do mundo, mas possuem em seu cerne a expansão das políticas econômicas neoliberais (BELLUZZO, 2016; TAVARES, 1985).

O que observamos é um movimento em cascata, no qual o aumento da taxa de juros, associado à desregulamentação e abertura do mercado financeiro norte americano, desencadeia na redução forçosa da liquidez internacional e o aumento do interesse nos títulos da dívida pública dos EUA. Isto pois, ao aumentarem as taxas de juros, o déficit fiscal norte americano torna-se atrativo ao capital financeiro mundial, devido a sua qualidade que transparência e maior segurança do que os outros ativos localizados em países em crise ou na iminência. Também, como consequência, observamos o avanço de políticas neoliberais sobre outros países que se veem obrigados a “praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e

superávits comerciais crescentes [...]” (TAVARES, 1985, p. 07) com a finalidade de transpor os déficits financeiros adquiridos (BELLUZZO, 2016; TAVARES, 1985).

Por fim, pontuamos que o neoliberalismo, mesmo que decorrente de um projeto ideológico para ganhar espaço na arena política, se expande ao redor do mundo principalmente a partir do movimento norte americano de reestruturação de sua hegemonia. Tal movimento inviabiliza a adoção de políticas heterodoxas nas economias nacionais e fomenta a expansão do mercado financeiro. Assim, a partir desse movimento surgem diversas inovações no sistema financeiro, com os objetivos de garantir maior autonomia desse setor, desenvolver formas de proteger os ativos e incorporar novos agentes na esfera financeira (AMARAL, 2012). Em consequência, essas inovações nos levam a retomar a ideia de que o mesmo assume uma nova posição no sistema capitalista ao assumir a função de provedor de capital.

Desta maneira, o sistema financeiro, que pode ser compreendido como um segmento que garante a sustentação das operações no mercado de créditos e de capitais, com a virada neoliberal deixa de atuar apenas como um fornecedor de créditos. Isto significa que a sua função como provedor de crédito não deixa de existir, mas com o avanço do processo de financeirização este passa a possuir uma nova função, a de prover capital. Neste sentido, a financeirização é a característica que define uma nova forma de se acumular capital, pois ela pode ser definida como o processo que eleva aqueles ativos financeiros que antes não faziam parte do processo de especulação a aderirem a esse processo. Logo, a financeirização se expande rapidamente, o que faz com que a influência dos ativos financeiros sobre a alocação de recursos aumente, e assim a sua importância dentro da sociedade (FINE e SAAD-FILHO, 2016).

Além disso, é preciso compreender que o processo de financeirização tem a sua expansão reforçada em decorrência das diversas reformas institucionais neoliberais que permitem a atuação mais livre do sistema financeiro, assim garantindo também o avanço da sua influência sobre a política, a ideologia e a economia. Isso significa que o sistema financeiro ao deixar de possuir reguladores da sua ação e também ao deixar de ser limitado a atuar apenas em seu Estado de origem, o mesmo passa a possuir maior poder para influenciar diferentes setores da sociedade e definir os rumos que estes devem tomar para convergirem sempre com o seu interesse (FINE e SAAD-FILHO, 2016).

Juntamente a essas transformações, os capitalistas dos países centrais encontraram no mercado financeiro novas formas de garantir o aumento do acúmulo de capital, uma vez que esbarravam em limites para esse acúmulo através da melhora da produtividade do trabalho. Sendo assim, após a virada neoliberal o capital financeiro passa a assumir relevância ao processo de acumulação devido a expansão das instituições financeiras e a redução de políticas que restringiam a sua atuação. Essas mudanças, associadas às transformações dos meios de comunicação, possibilitam o aumento da produtividade do capital como meio de superação da crise da década de 70 (AMARAL, 2012; DUMÉNIL e LÉVY, 2003).

Por estas razões é que observamos a intrínseca relação do neoliberalismo com o processo de financeirização. O neoliberalismo permite que as reformas necessárias para que ocorra o processo de financeirização existam ao redor do mundo, ao tempo em que o avanço do processo de financeirização garante o progresso da acumulação de capital. Como bem pontuam Fine e Saad:

[...] the rise of financialization over the past 30 years, defined as the intensive and extensive accumulation of interest-bearing capital, has transformed profoundly the organization of economic and social reproduction. These transformations include not only outcomes but the structures, processes, agencies and relations through which those outcomes are determined across production, employment, international integration, the state and ideology. The term financialization, then, encapsulates the increasing role of globalized finance in ever more areas of economic and social life. In turn, financialization underpins a neoliberal system of accumulation that is articulated through the power of the state to impose, drive, underwrite and manage the internationalization of production and finance in each territory, often under the perverse ideological veil of promoting non-interventionism (FINE e SAAD-FILHO, 2016, p. 03).

A citação acima converge com tudo aquilo que já foi exposto ao longo do trabalho para por fim, concluir que o neoliberalismo possui uma ampla definição. Não podemos observá-lo como um mero agregado de teorias, pois essas suas estruturas imateriais se infiltram na sociedade e alteram uma ordem anterior em favor dos interesses do capital (FINE e SAAD-FILHO, 2016). Nesse sentido, sobre a asa da hegemonia norte-americana tem origem na sociedade um novo sistema que promove mudanças nas regras econômicas e instituições de Bretton Woods. Com isso, as mudanças mais relevantes para o atual trabalho são aquelas relacionadas à garantia da autonomia, internacionalização e segurança dos ativos financeiros. Essas mudanças promovem a expansão do capital financeiro e o avanço de um

processo de financeirização que visa em última instância o aumento da produtividade do capital (AMARAL, 2012).

Esse movimento será responsável por subordinar ao redor do mundo diferentes economias nacionais aos interesses do capital financeiro através de imposições sobre as políticas macroeconômicas. Destarte, essas imposições se relacionam com o avanço da ideologia neoliberal que criou um consenso dentro das sociedades sobre a ausência de alternativas que contestem esse novo período e da necessidade de se reduzir os poderes estatais. Assim, com a forte influência ideológica e econômica dos EUA que fragiliza as economias dependentes ao modelo anterior de sua retomada hegemônica e expande suas ideias por meio de imposições de políticas neoliberais para a concessão de crédito, os Estados nacionais que antes atuavam regulando a economia e promovendo o desenvolvimento abandonam essas funções e tornam-se vulneráveis ao poder dos capitais financeiros internacionais (GARLIPP, 2006).

Portanto, a partir do que foi exposto ao longo do trabalho, podemos formular uma definição um pouco mais concreta sobre o que é o neoliberalismo. Sendo assim, com base nessa divisão em três eixos de suas principais características observamos que, ao tempo em que todas apontam para uma face específica do neoliberalismo, nenhuma delas pode ser compreendida isolada das outras. Entender o que é o neoliberalismo e seu avanço ao redor do mundo nos exige realizar o esforço de interpretar como esses três eixos se associam e se relacionam com eles mesmos e a sociedade.

Dessa maneira, o neoliberalismo deve ser visto como um agrupamento de ideias, ideologias e reformas no processo de acumulação, que reordenam variados eixos da vida humana com a finalidade de promover a retomada dos altos índices de lucratividade das classes dominantes. Logo, para atingir esse objetivo o neoliberalismo através de sua ideologia e de uma base teórica “científica” promove a criação de um consenso dentro da sociedade que servirá como base de sustentação para a reformulação e expansão de políticas favoráveis (FINE e SAAD-FILHO, 2016).

Portanto, o capital financeiro assume importância ao conseguir se beneficiar das políticas criadas sobre o consenso neoliberal e o mesmo ainda estimula o incremento dessas políticas para perpetuar a hegemonia neoliberal e conseguir aumentar os seus lucros. Nesse sentido, seja por motivos de imposição ideológica ou econômica, os países que aderem ao

neoliberalismo precisam adequar suas políticas econômicas às ambições do capital financeiro em prol da estabilidade e de um provável desenvolvimento (GARLIPP, 2006).

Em decorrência disso, a seguir, pretendemos avaliar a forma que a expansão neoliberal assumiu no Brasil. Compreendemos que faz parte do processo de neoliberalização a expansão da ideologia neoliberal para outras regiões do globo. Nesse sentido, pretendemos no capítulo a seguir avaliar como o pensamento neoliberal foi inserido em território brasileiro e buscamos também ponderar se a sua implementação trouxe constrangimentos inerentes na atuação econômica do país.

Capítulo 2. Introdução e consolidação do neoliberalismo no Brasil

Com a finalidade de compreender as mudanças que aconteceram no Brasil oriundas do avanço neoliberal, o presente capítulo tem como objetivo apresentar os meios que o movimento neoliberal avançou sobre o território ganhando espaço nos debates políticos e econômicos a partir, principalmente, da crise do modelo de substituição de importações. Além disso, se pretende realizar um debate acerca das consequências da adoção desse modelo econômico e dos constrangimentos que ele gera às políticas econômicas brasileiras através de um processo de dependência e subordinação ao capital financeiro.

Destarte, em consonância ao que já foi apresentado, compreendemos que a expansão das políticas neoliberais ao redor do mundo são parte de um processo político, econômico e ideológico com origem nos países centrais e que visa, em última instância, favorecer as novas elites fundadas sobre o avanço do mercado financeiro. Sendo assim, a ascensão do neoliberalismo no Brasil esteve intrinsecamente relacionada a esses processos internacionais (SAAD-FILHO, 2015), mas, como Fine & Saad-Filho (2016) expõem, a expansão desse movimento ocorreu de forma singular em cada região do mundo devido às díspares interações entre política, economia e sociedade e as suas formas próprias em cada localidade. A partir dessa ideia, o capítulo atual pretende apresentar em um primeiro momento uma contextualização do período anterior a uma adoção mais rigorosa do neoliberalismo, para posteriormente de forma cronológica apresentar as diferenças e continuidades que surgem com a mudança de governos.

2.1 Antecedentes a 1990

É sabido que a partir da década de 1930 as políticas econômicas adotadas pelo Brasil se basearam no Modelo de Substituição de Importações (MSI), que possuía um caráter intervencionista que garantia as condições materiais necessárias para o desenvolvimento da indústria nacional. Através disso, o país transitava a um novo modelo de acumulação baseado no setor industrial, substituindo o antigo padrão agrário-exportador (PORTO, 2009). Tal modalidade de atuação econômica se enquadra nos moldes expansionistas semelhantes aos adotados por outros países periféricos durante o período de Bretton Woods.

Nesse sentido, foi observado durante o período da ditadura militar uma série de tentativas de reformas e atualizações do MSI a um novo modelo desenvolvimentista que, todavia, não obtiveram sucesso em decorrência de alguns fatores como os choques

econômicos externos, as transformações econômicas mundiais, a crescente dívida externa brasileira e as escolhas de atuação econômica que não conseguiam conter os problemas da inflação. Por conseguinte, quando adentramos no período democrático a economia ainda se encontra bastante instável. Contudo, a maioria das políticas econômicas adotadas por José Sarney ainda visavam contornar os problemas herdados do período anterior (dívida externa e inflação) sem que houvesse uma adesão completa à doutrina neoliberal, em expansão ao redor do mundo (ARAÚJO e MATTOS, 2021).

Desse modo, observa-se que as políticas de reformulação do desenvolvimentismo ocorreram concomitantemente à expansão do pensamento neoliberal nos EUA e ao processo de retomada da hegemonia norte-americana. Apontamos assim, que o Brasil durante a ditadura militar, não adere aos novos pensamentos internacionais pois primeiramente não possuía uma conjuntura que demandasse essa aderência. Além disso, entende-se que as frações da classe dominante possuíam naquele período interesses que convergiam na manutenção do papel do Estado de promover o auxílio ao desenvolvimento industrial do país através da participação em setores estratégicos, no aporte financeiro ao setor industrial e na formulação de políticas voltadas à geração de empregos e avanço tecnológico (ANDRADE, 2022; FILGUEIRAS, 2006).

Nesse sentido, com o fim da ditadura militar e o avanço da crise da dívida no Brasil, o que observamos foi a adoção de políticas de estabilização. As diferentes frações da classe dominante ainda acreditavam que seria possível retomar as antigas políticas desenvolvimentistas após a estabilização e, por isso, negavam a aderência ao neoliberalismo (FILGUEIRAS, 2006). Outros autores ressaltam ainda que o Brasil durante a década de 1980 era o país mais industrializado da América Latina, porém não “possuía complementaridades decisivas com qualquer bloco comercial regional” (SOARES, 2001, p. 153 apud PORTO, 2009, p. 04). Quais sejam os motivos, em verdade se observa que até o final da década de 80 existia no Brasil certa barreira à expansão do ideário neoliberal .

Apesar disso, o neoliberalismo já alçava espaço na sociedade brasileira através da mídia, que havia se alinhado à agenda internacional, e de *think tanks* neoliberais financiados através de empresários nacionais. Além disso, o “Consenso de Washington”, que ocorreu no ano de 1989, também fortaleceu a defesa do neoliberalismo no Brasil ao recomendar a adesão de políticas neoliberais como condição prévia para a concessão de crédito e auxílio internacional advindo das instituições financeiras como o FMI (PORTO, 2009).

Também é importante lembrar que, devido ao prolongado período de crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, decorrente do extensivo crescimento da dívida externa, associado às tentativas falhas de estabilização da economia através dos planos implementados no governo de José Sarney, a intervenção do Estado na economia passou a ser vista como a principal causa da crise que acometeu o Brasil. Assim, associado ao avanço das ideias liberais pelos meios citados anteriormente, os ideias neoliberais de redução da participação do Estado na economia, abertura comercial e privatizações eram bem aceitos pela sociedade brasileira, no geral, no final da década de 1980 e início da década de 1990 (ARAÚJO e MATTOS, 2021).

Além disso, durante o período, grupos organizados de trabalhadores ganhavam cada vez mais espaço no âmbito político nacional e conseguiam impor suas demandas ao tempo em que ameaçavam o poder da classe dominante. Frente a essas variáveis, as elites econômicas brasileiras observavam o projeto neoliberal como forma de reafirmar seu poder político na sociedade (FILGUEIRAS, 2006).

2.2 Breves apontamentos sobre o neoliberalismo no Governo Collor

Inicialmente devemos pontuar que as principais transformações econômicas neoliberais no Brasil tiveram início com o governo do presidente Collor de Mello, no ano de 1990. Desde o período de campanha, Collor ressaltou as suas intenções neoliberais na condução do país, formulando sua campanha sobre os signos de redução do processo inflacionário (que teve seu auge no governo anterior) e na ideia de “caça aos Marajás” . Para ambas as ideias era destacada a necessidade de realizar reformas estatais seguindo a cartilha ortodoxa neoliberal, a fim de reduzir o tamanho do Estado, a sua participação na economia e promover o processo de privatizações (ARAÚJO e MATTOS, 2021). Deste modo, ao assumir o governo, as principais medidas neoliberais adotadas pelo governo Collor podem ser compreendidas no trecho a seguir:

O governo Collor [...] teve importante papel ao eliminar as restrições não tarifárias e as agências governamentais que cuidavam delas, desmontando, assim, a política de comércio exterior de ‘substituição de importações’ do Estado Vargasista. Também promoveu a união aduaneira do Mercosul, a redução gradativa das tarifas de importação (política de competição), o estímulo ao investimento privado e à incorporação de novas tecnologias (política de competitividade) e privatizações. Por fim, Collor avançou na liberalização dos fluxos financeiros entre o Brasil e o exterior iniciada no governo Sarney, criando o

Mercado de Câmbio Livre (dólar comercial) e abrindo a possibilidade de investidores institucionais estrangeiros investirem no mercado acionário brasileiro e negociarem no exterior títulos emitidos no Brasil. (ANDRADE, 2022 , p. 682)

Nesse sentido, compreendemos que Collor aderiu às políticas econômicas neoliberais através do processo rápido e intenso de abertura comercial, da adoção de políticas que garantem a livre circulação do capital estrangeiro no mercado financeiro nacional, da privatização de empresas nacionais (afastando o Estado do processo produtivo), da desregulamentação da economia e da promoção de reformas administrativas estatais (visando a redução da participação do Estado na economia e sociedade). Ao final de seu governo, os efeitos dessas políticas foram a retomada do processo inflacionário e o aumento do desemprego, além de avanço no dismantelamento e precarização das políticas sociais (PORTO, 2009).

Pontuamos que o governo Collor marcou o início do avanço do processo de neoliberalização da economia brasileira e, nesse sentido, este governo não se caracterizou como parte de um modelo econômico neoliberal avançado e estruturado. Isto significa que, mesmo adotando uma política monetária ortodoxa e de abertura financeira (ao flexibilizar as negociações de ativos), o cenário do país ainda era de início da transição ao modelo econômico neoliberal. Nesse sentido, mesmo que tenha realizado transformações relevantes ao adotar políticas neoliberais, o mesmo ainda não utilizava das políticas monetárias (através, por exemplo, do aumento das taxas de juros) para criar um ambiente propício à acumulação de capital através do mercado financeiro (TRISTÃO, 2011). Sendo assim, o governo Collor marcou o início da transição dos meios de se acumular capital ao promover políticas que marcaram transformações neoliberais na sociedade brasileira. Porém, foi durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC), através da formulação e consolidação do Plano Real, que se criaram as condições políticas e de estabilidade econômica necessárias para o capital financeiro assumir maior importância e influência dentro do Brasil.

2.3 Governos Itamar Franco e FHC

Ao tratarmos dos governos de Itamar Franco e de FHC é inegável que, na ala econômica, um dos maiores feitos (para o bem ou para o mal) foi a formulação e manutenção do Plano Real e seus derivados. Sendo assim, compreendemos que o Plano Real adotou o tripé neoliberal, marcado pela abertura comercial, abertura financeira e privatizações, tendo como objetivo superar a instabilidade econômica persistente no Brasil. Esperava-se que com o

avanço das políticas neoliberais, além da garantia da estabilidade econômica, também fosse possível alcançar um modelo de desenvolvimento nacional mediante a uma integração competitiva na ordem econômica internacional (ARAÚJO e MATTOS, 2021).

Para isso, com o propósito de atingir esses objetivos o Plano Real inicialmente adotou medidas como a adesão de políticas ortodoxas (como corte de gastos públicos e aumento das tributações), a sobrevalorização do câmbio (através da política de âncora cambial), a abertura comercial (com a gradativa redução da tributação de importações e controle qualitativo), a flexibilização das normas no mercado financeiro (a fim de facilitar o acesso do capital estrangeiro no mercado de crédito nacional) e, por fim, o prosseguimento nas privatizações em curso desde o governo de Collor de Mello (ARAÚJO e MATTOS, 2021). Para além das reformas macroeconômicas, também é importante pontuar que durante o governo de FHC foram realizadas reformas constitucionais que visavam remover dispositivos legais que limitavam a atuação capitalista (ANDRADE, 2022).

Esperava-se que através dessas medidas fosse possível promover o desenvolvimento nacional, pois em teoria elas iriam promover a competitividade e reformas tecnológicas no aparato industrial, além de acarretar na estabilidade econômica. De fato, em um primeiro momento, o Plano Real conseguiu estabilizar o processo inflacionário, ao valorizar o câmbio e aumentar a competição interna, mas os efeitos disso promoveram a deterioração do saldo comercial e do Balanço de Transações Correntes, “criando a necessidade de atrair fluxos de capital financeiro para obter reservas e fechar o Balanço de Pagamentos” (ANDRADE, 2022, p. 683).

Portanto, a abertura comercial levou ao aumento das importações e a política de apreciação cambial levou à perda de competitividade dos produtos nacionais, ao baratear a entrada de produtos estrangeiros aumentando a concorrência interna do mercado brasileiro. Além disso, o aumento das taxas de juros dificultou o acesso a financiamentos pelas indústrias nacionais, reduzindo a capacidade de se ajustar ao aumento da competitividade dos mercados. Isso desencadeia um processo de desindustrialização nacional, na qual setores nacionais intensivos em tecnologia perdem espaço no mercado, ao passo que aqueles setores com produtos de baixo valor agregado, como as *commodities*, avançam. Além disso, é importante pontuar que o processo de privatizações afeta também o setor produtivo que foi acometido pelo processo de desnacionalização, a partir de vendas, fusões e transformações na sua funcionalidade (FILGUEIRAS, 2006).

Nessa perspectiva, devemos compreender que a classe dominante é formada por diferentes frações do capital, que possuem interesses que tanto convergem como se distinguem entre si. Sendo assim, ao tempo que o processo de neoliberalização beneficiou grupos relacionados ao capital financeiro, ele também trouxe certos prejuízos e perda de poder político aos grupos dos capitais nacionais que não são financeirizados organicamente. Isso significa que “os processos de abertura comercial e financeira e de privatização [...] levaram a um movimento impressionante de centralização de capitais, [...] concomitantemente a uma maior desnacionalização e internacionalização da economia brasileira” (FILGUEIRAS, 2006, p.190) Tais processos atuaram em favor dos interesses dos capitais financeiros internacionais e dos grupos econômicos nacionais que possuem alguma relação com o exterior, mas reduzem a importância econômica e o poder político dos capitais voltados ao mercado interno (FILGUEIRAS, 2006).

No entanto, o mesmo processo possuía em sua agenda projetos para a reestruturação produtiva (reorganização do processo de produção, adoção de novas tecnologias e novos métodos de gestão do trabalho) e para a desregulamentação e precarização do mercado de trabalho, na qual tendem ao rápido avanço do processo de enfraquecimento do poder político e de negociação da classe trabalhadora. Sendo assim, garante ao capital maiores liberdades de atuação política e econômica, sem entraves de uma parcela opositora. Além disso, tal ação é aceita amplamente entre as diversas frações do capital, pois é vista como instrumento de redução de barreiras para a competição entre indústrias (FILGUEIRAS, 2006).

Nessa perspectiva, entende-se que a neoliberalização, alavancada pelo Plano Real, trouxe mudanças significativas na ordem interna do país, ao promover uma reestruturação das relações capitalistas e de trabalho. Em vista disso, observamos o processo de ascensão do capital financeiro na sociedade brasileira, ao aumentar sua importância para a estabilização da economia nacional. Todavia, as reformas macroeconômicas ainda seriam complementadas, pois no cenário de alto fluxo de saída das reservas internacionais, a política de âncora cambial não conseguia ser sustentada. As políticas ortodoxas desestruturaram a indústria nacional e não conseguiram instigar a captação necessária para a manutenção das reservas internacionais (e, assim, a sobrevalorização do real) e, conseqüentemente, controlar o processo inflacionário (FILGUEIRAS, 2006).

Com esse contexto, durante o segundo governo de FHC adotou-se o regime de metas de inflação após a crise de 1999, caracterizada como um ataque especulativo ao real que levou

à depreciação da moeda. Esse plano promoveu a alteração da âncora cambial por uma política de câmbio flutuante; promoveu políticas que visam alcançar um superávit primário; e o mais importante, executou uma política prolongada de juros altos, como estímulo ao mercado financeiro, para estabelecer o fluxo positivo de dólares ao Brasil (ARAUJO e MATTOS, 2021). Devemos compreender que este modelo avança na consolidação das estruturas neoliberais, seguindo as condicionalidades do FMI sobretudo no avanço de um regime fiscal de maior austeridade (LOPREATO, 2006) .

As mudanças introduzidas com o Regime de Metas de Inflação deram continuidade ao processo de neoliberalização agressiva do país, além da continuidade da dependência constante de fluxos de capitais externos e a fragilização das contas públicas (com o aumento dos encargos financeiros). O resultado maior desse movimento foi o aprofundamento da subordinação do Estado, sociedade e economia ao capital financeiro em prol de manter a estabilidade econômica (ANDRADE, 2022). Assim, a dívida pública brasileira que cresce cada vez mais, associada ao menor papel do Estado na economia, garante uma situação em que o Estado atua predominantemente para liquidar os encargos financeiros e garantir a estabilidade econômica. Sendo assim, adjunto as políticas ortodoxas de corte de gastos e aumento tributário, observa-se uma redução drástica dos investimentos do Estado em todas as áreas, principalmente na social (FILGUEIRAS, 2006).

Por fim, compreendemos que a política fiscal do Estado, após a implementação do Regime de Metas de Inflação, visava garantir que os crescentes títulos de juros da dívida pública fossem pagos. Nesse sentido, o Estado passou a atuar para garantir superávits primários e eliminar o sentimento de risco de insolvência da dívida para o mercado financeiro. Assim, o governo passa a controlar a taxa de juros de acordo com a inflação (caso a inflação aumente, a taxa de juros aumenta) e adota a política de câmbio flutuante. Esses movimentos são realizados a fim de evitar fuga de capitais, criando previsibilidade na economia nacional ao capital financeiro. Dessa maneira, a taxa de juros e o câmbio passam a atuar de acordo com os interesses do capital financeiro. O objetivo do governo passou a ser o de alcançar a solvência das contas públicas e para isso avançou nas políticas de austeridade (com o controle de despesas e aumento da carga tributária), na medida em que aumentou-se o pagamento dos juros da dívida pública. Contudo, mesmo sob a tutela do FMI o regime não conseguiu controlar tão bem as instabilidades e, cada vez mais, era obrigado a aprofundar as medidas neoliberais (LOPREATO, 2006; ARAUJO e MATTOS, 2021).

Para além da economia, os resultados sociais da adoção de um regime neoliberal também não são os melhores. Em decorrência das políticas de corte de gastos públicos, enrijecimento da política fiscal, aumento dos gastos da dívida pública, desindustrialização e desnacionalização de setores importantes da indústria nacional, observa-se um aumento das taxas de desemprego e de desigualdade no país. Entende-se que as políticas macroeconômicas do Plano Real e, a partir de 1999, do regime de Metas de Inflação, aprofundaram uma demanda social pertinente no Brasil, ao passo que reduz os meios possíveis ao Estado para solucionar esses problemas (BEHRING, 2019). Apesar disso, ao final do período governado por FHC, observou-se que as instituições e setores relacionados ao mercado financeiro conseguiram obter lucros contínuos e que a inflação foi controlada. Entretanto, esses resultados decorrem de um cenário de instabilidade macroeconômica e da redução de políticas públicas para o combate eficiente de problemas sociais (FILGUEIRAS, 2006).

Observando todo esse contexto, compreendemos que os planos adotados por Itamar Franco e FHC (primeiro e segundo governos) foram responsáveis pela subordinação da economia brasileira ao sistema financeiro. No Plano Real isso aconteceu por dois fatores. O primeiro diz respeito à aceitação da livre mobilidade do capital financeiro. O segundo corresponde à importância que o dólar assumiu para a estabilidade econômica. Neste sentido, ao depender de fluxos positivos de moeda estrangeira, o país passou a formular sua política econômica com esse propósito. Dessa maneira, busca-se o aumento das privatizações para aumentar a captação de dólares e a elevação das taxas de juros com finalidade de atrair capital financeiro internacional. Sendo assim, ao associarmos a livre mobilidade de capitais (na qual saíra do país na iminência de desajustes que prejudique a rentabilidade do seus ativos financeiros) à dependência de fluxos monetários internacionais, o país assume uma posição de instabilidade econômica pertinente, na qual qualquer desequilíbrio da economia é suficiente para colocar em risco a desejada estabilidade (FILGUEIRAS, 2006).

Já no período de Regime de Metas foi construído um novo regime fiscal que se comprometeu com o pagamento da dívida pública. Posto isso, a atuação estatal se volta para a garantia de solvência da dívida pública, utilizando do ajuste das taxas de juros e da política de câmbio flutuante para criar um cenário de previsibilidade aos investidores, com a finalidade de evitar novas crises provocadas pela fuga de capitais. Dessa forma, a economia do país passou a se subordinar ao capital financeiro, de maneira que as políticas adotadas contemplam os interesses desse mercado. (LOPREATO, 2006).

Capítulo 3 - Da continuidade do neoliberalismo nos Governos Lula e Dilma Rousseff à intensificação das reformas em Temer e Bolsonaro

3.1. Evidências de manutenção do neoliberalismo nos Governos Lula 1 e 2

Lula assumiu a presidência em 01 de janeiro de 2003 e apesar de possuir, durante os períodos de pré candidatura e de campanha, uma posição ofensiva contra o neoliberalismo (mesmo que não expresso dessa forma) e defesa de um projeto de governo “democratico-popular”, o mesmo em fevereiro de 2003 anunciou, através das cartas ao FMI, a permanência de um regime neoliberal no Brasil. Nesse sentido, ambos os governos de Lula atuaram em convergência com os ideais neoliberais.

Entende-se que essa inflexão do governo petista para a aceitação da ordem neoliberal decorreu de dois principais fatores. O primeiro deles foi a existência de um consenso teórico que defende a existência de uma “macroeconomia única” e, por isso, aponta para a necessidade de se manter as políticas ortodoxas “pois existe apenas um modelo econômico a ser seguido, e se ele falha é porque ou não foi aplicado de forma correta e com a intensidade necessária, ou fatores externos intervieram” (TRISTÃO, 2011, p. 113). O segundo fator decorre da necessidade de conquistar a confiança dos mercados financeiros e para isso persistiu com as políticas ortodoxas no plano macroeconômico que trazem a credibilidade necessária para o avanço dos investimentos de capital estrangeiro no mercado financeiro nacional (TRISTÃO, 2011).

Sendo assim, Lula não promoveu ao longo dos seus governos medidas que buscavam a retomada da regulação estatal sobre os mercados ou no mínimo aderir a políticas econômicas menos contracionistas. O que foi observado na realidade é que, a fim de conquistar a confiança dos mercados financeiros, o governo aderiu a um posicionamento mais moderado, marcado pela manutenção das políticas neoliberais de juros altos, superávit primário e câmbio flutuante (TRISTÃO, 2011).

Não obstante, o país ainda aderiu às recomendações feitas pelo FMI que buscavam “aparar falhas” econômicas herdadas do período comandado por FHC. O consenso ortodoxo entendia que as crises que eclodiram no final do século XX no Brasil foram decorrentes de uma implementação falha do neoliberalismo. Dessa forma, o governo Lula além de persistir com políticas macroeconômicas neoliberais, ainda promoveu o avanço de reformas que não haviam conseguido avançar no governo FHC. Nesse sentido, foram aprovadas, por exemplo,

as reformas da previdência e a garantia da autonomia do Banco Central nas definições das políticas monetárias (TRISTÃO, 2011).

Desse modo, entende-se que o governo Lula optou por dar continuidade às políticas econômicas ortodoxas e a fim de justificar essa opção criou um discurso acerca da iminente ameaça de inflação e insolvência das contas do Brasil herdada do governo FHC. Todavia, esses problemas não condiziam com a realidade econômica daquele período. Desde antes do período de transição, dos governos de FHC para Lula, foi possível observar o aumento das exportações e o recebimento de um empréstimo do FMI de valor alto. Esses fatores apontavam para uma melhora das contas externas do país e um baixo risco de insolvência. Além do mais, a taxa de câmbio, que com sua desvalorização poderia levar ao aumento da inflação, caminhava para um período de retração (TRISTÃO, 2011).

Isto posto, compreendemos que na realidade durante o primeiro governo Lula ocorreu o prosseguimento às políticas econômicas de ordem neoliberal com a finalidade de conquistar credibilidade suficiente para perdurar o novo processo de acumulação de capital baseado no setor financeiro. Na tentativa de incrementar os fluxos de capitais estrangeiros ao Brasil, o governo Lula desde o seu início sustentou políticas macroeconômicas que trazem certa segurança às aplicações financeiras e a melhora de seus rendimentos (TRISTÃO, 2011).

Além disso, ao longo dos governos de Lula, o Brasil atravessou por um movimento internacional de valorização dos preços das commodities. Esse movimento levou a uma melhora ainda maior das exportações totais do Brasil, mas fortaleceu o avanço da reprimarização da pauta exportadora. Com isso, observou-se um avanço significativo da economia do país, que conseguiu perpetuar a estabilidade ao passo que promovia avanços no desenvolvimento socioeconômico. Contudo, devemos compreender que essa melhora econômica esteve relacionada aos ciclos econômicos externos. Sendo assim, em um curto prazo, de fato a vulnerabilidade do país foi reduzida ao ser possível garantir o acúmulo de reservas internacionais. Entretanto, no longo prazo o desempenho do país assumiu uma posição dependente do cenário internacional, ao ficar sujeito aos ciclos de crise e sucesso econômico de outros Estados. Essa dependência se agravou ainda mais devido ao caráter dos produtos exportados, que são de baixa intensidade tecnológica (FILGUEIRAS, 2006).

Dessa forma, as exportações assumem caráter central para a economia ao reduzir a volatilidade através da melhora das transações correntes. Essa dependência ecoa durante todos os governos petistas que verão o crescimento econômico do país atrelado ao avanço do

comércio internacional. Dessa forma, o impulso primário da economia brasileira retornou a ser o agrário-exportador que havia sido superado pelo MSI (FILGUEIRAS, 2006).

Desta maneira, a dinâmica do mercado interno fica condicionada à capacidade da economia exportar e obter superávits comerciais, de modo a reduzir a vulnerabilidade externa e, assim, abrir espaço para o seu crescimento sem ter ameaça imediata de nova crise cambial. (FILGUEIRAS, 2006, p.198)

Deste modo, a política econômica brasileira passou a atuar de maneira ambivalente. Assim dizendo, o Estado continuou atuando em favor dos mercados financeiros, ao adotar medidas que visavam o aumento dos fluxos de capitais financeiros e a melhora da remuneração dos mesmos. Ao mesmo tempo, em virtude da dependência que a remuneração financeira possui sobre as exportações (ao garantir as divisas necessárias), era importante que o Estado também atuasse a fim de favorecer os principais setores exportadores, estimulando o aumento da produção e das vendas (FILGUEIRAS, 2006).

Daí a implementação de uma política econômica que flutua entre, de um lado, a livre mobilidade de capital, taxas de juros elevadas, superávits fiscais primários elevados e crescente carga tributária e, de outro, a concessão de financiamentos à produção para exportação, taxa de câmbio desvalorizada, redução ou eliminação de impostos e juros menores ou subsidiados. (FILGUEIRAS, 2006, p. 199)

Compreendemos, assim, que os governos Lula, não se afastaram dos moldes neoliberais fixados pelas políticas econômicas adotadas por FHC. Na verdade, foi realizada a manutenção da ordem neoliberal e o favorecimento dos setores relevantes para a exportação a fim de garantir as condições estáveis para a remuneração do capital financeiro. Sendo assim, não foram nem de longe contra o neoliberalismo ou tentaram realizar reformas que iriam alterar o *status quo*. Portanto, as consequências da adoção de políticas econômicas neoliberais observadas durante o governo de FHC foram estendidas e aprofundadas ao longo do período governado por Lula. Sendo assim, o Brasil sofreu com a reprimarização da economia, com o aumento da dependência tecnológica, com o processo de desnacionalização e principalmente com a continuidade da dependência macroeconômica às exportações e a subordinação da condução das políticas econômicas aos interesses do sistema financeiro (BEHRING, 2019).

Além disso, outra consequência, que tornou-se mais aparente ao longo do segundo governo Lula, é a concepção de uma nova hegemonia política. Esse movimento é decorrente da formulação de uma política econômica ambivalente, que favoreceu tanto o setor primário exportador quanto o setor financeiro, garantindo a eles a capacidade de se situar como uma classe política hegemônica. O poder político concentrado nesses grupos dificulta qualquer alteração na ordem neoliberal e perpetua a dependência externa e a subordinação ao mercado financeiro. Nesse sentido, qualquer tentativa de alteração das políticas macroeconômicas ortodoxas seria uma afronta direta aos interesses dessa classe política e colocaria em risco a governança petista (TRISTÃO, 2011).

Mesmo assim, ainda sob a égide neoliberal, o Estado ainda possuía mínimas capacidades em intervir na economia e conseguiu formular políticas de desenvolvimento socioeconômico importantes para a redução da desigualdade crônica no país. Embora essas políticas tenham tido caráter compensatório ao serem focalizadas em grupos sociais bastante específicos e não constituírem grandes gastos ao governo, elas se tornam abrangentes devido à grande desigualdade social do Brasil (BEHRING, 2019).

Inclusive, algumas das políticas sociais desenvolvidas durante o governo Lula atuaram a fim de inserir a população na nova ordem neoliberal. Dessa maneira, através da concessão de crédito e das políticas de transferência de renda (obrigando a população a possuir conta em bancos) os governos petistas estimulam a inserção da população, primeiramente, como consumidora no mercado e, em segundo lugar, no sistema financeiro ao transformar o salário dos trabalhadores em pagamento de juros para as instituições financeiras (ANDRADE, 2022).

Se é verdade que políticas estatais (e paraestatais) de inserção produtiva via microcrédito já existiam desde a década de 1990, elas ganharam outra escala no início do século XXI. O endividamento via consumo se disseminou, mas igualmente a tomada de crédito para investimentos mais estruturantes, como compra da casa própria, de veículos, financiamento estudantil e capital de giro para o microempreendedorismo. (ANDRADE, 2022, p. 693)

Esse movimento de inserção da população nos circuitos financeiros, exigiu que fossem formulados programas de educação financeira, a fim de se evitar a generalização de inadimplência. Esses programas atuam também com a finalidade de disseminar a ideologia neoliberal disciplinando os trabalhadores a uma nova racionalidade econômica. Não apenas programas governamentais, mas os trabalhos formais passam a valorizar as ideias de

empreendedorismo e de meritocracia, justificando a atuação desauxiliada dos trabalhadores em todas as formas de trabalho (ANDRADE, 2022).

Ao ser convertido em empresário de si mesmo, o trabalhador foi responsabilizado pela sua empregabilidade e autogerenciamento, invisibilizando, assim, a precariedade e embaralhando as fronteiras entre o emprego e o desemprego, o formal e o informal. (ANDRADE, 2022, p. 695)

É verdade, portanto, que durante os governos Lula é possível observar a redução das desigualdades de renda e avanços em áreas que promovem os direitos da população, como na saúde e na educação. Porém, os lucros bancários cresceram consideravelmente durante o mesmo período, apontando que por mais que o governo Lula tenha formulado políticas sociais importantes para a população brasileira, o mesmo ainda possuía um compromisso primário com o capital financeiro. Contudo, é exatamente por conta desse movimento ambíguo, no qual o governo tentava alcançar benefícios tanto para as classes menos favorecidas quanto para a classe rentista, que foi possível a vitória eleitoral do partido mesmo sem a figura de Lula em outras duas eleições (TRISTÃO, 2011; VIEIRA, 2019).

3.2. Tentativa de estímulo ao investimento e a reação do mercado

Ao tratarmos dos governos de Dilma Rousseff, devemos lembrar que o cenário internacional que a presidenta assumiu é diferente daquele em que Lula governou. Sendo assim, as consequências da crise financeira de 2008 nos EUA, que leva a redução das atividades financeiras, ainda possuía repercussões importantes ao redor do mundo, sendo uma de suas consequências a retração da demanda por commodities no cenário internacional. Assim, mesmo que não tenha ocorrido de imediato, eventualmente, devido ao caráter dependente da economia brasileira ao cenário internacional, o crescimento do país é impactado negativamente (ARAÚJO e MATTOS, 2021).

Nesse cenário, a atuação governamental de atenuação dos efeitos das políticas macroeconômicas neoliberais sobre a população, através de programas para a redução das desigualdades, tornam-se difíceis de serem executadas, devido ao recuo de divisas necessárias para perpetuar a acumulação financeira e ao mesmo tempo financiar políticas públicas. Dessa maneira, o governo Dilma propõe frente a essa problemática a reformulação das políticas macroeconômicas com o interesse de alcançar novas estruturas econômicas nacionais (VIEIRA, 2019).

Esperava-se que com a redução das taxas de juros, com a desvalorização cambial, com o aumento das linhas de créditos dos bancos estatais, com políticas de desoneração, com a redução das cargas tributárias e com políticas que criam condições do governo de realizar intervenções na economia, fosse possível alçar um processo de reindustrialização nacional auxiliado pela intervenção do Estado (ARAUJO e MATTOS, 2021; VIEIRA, 2019).

Sendo assim, o governo de Dilma Rousseff passou a ser extremamente criticado pela mídia internacional, por instituições econômicas internacionais e pelos diversos defensores nacionais da ortodoxia que viam com maus olhos a atuação do governo em promover medidas macroeconômicas que contrariavam o consenso ortodoxo. Além disso, Dilma também entrou em embate direto contra os interesses dos capitais financeiros, inclusive indo em rede nacional para criticar a atuação do sistema financeiro e a prática de *spreads* dos bancos privados que eram demasiadamente elevados (ARAUJO e MATTOS, 2021; VIEIRA, 2019).

Assim, com o início de uma retomada inflacionária em 2013, o Banco Central decide adotar uma atuação contracionista, conflituosa aos planos econômicos do governo, para conter a inflação do país. Deste modo, ainda em 2013 o governo Dilma é forçado a dar início na retomada das políticas macroeconômicas ortodoxas, a fim de conseguir apoio para se reeleger, mas é durante seu segundo mandato que adotou sem contestações políticas neoliberais. Entretanto, devido ao avanço ideológico que desmoralizou a figura da presidenta, abaixando sua reputação entre as diversas classes da sociedade, ela sofreu um processo de impeachment que se concluiu em 2016 (ARAUJO e MATTOS, 2021; VIEIRA, 2019).

Por fim, os governos comandados pelo PT, mesmo que tenham conseguido promover melhorias nas condições de vida da população e reduzir as desigualdades sociais, os mesmos ao optarem por dar continuidade às políticas macroeconômicas ortodoxas não realizam mudanças estruturais contra a ordem neoliberal. Nesse sentido, quando Lula, em seu primeiro mandato, aceitou a necessidade de praticar políticas econômicas neoliberais, ele perpetua a subordinação da economia aos interesses dos capitais financeiros durante todo o período petista. Isto pois tais medidas visavam garantir a credibilidade dos mercados brasileiros através de uma economia estável e responsável, possibilitando o incremento dos fluxos de capitais estrangeiros (no qual a economia é dependente). Além disso, esse movimento permite a definição de uma nova hegemonia política que dificultou a alteração das políticas econômicas em momentos posteriores (ARAUJO e MATTOS, 2021).

3.3 Governos Temer e Bolsonaro

Nos anos finais do governo da ex-presidenta Dilma Rousseff o país atravessava por um período de redução do crescimento econômico e retração do PIB (SOUZA e SOARES, 2019). Além disso, o país havia atravessado anteriormente por uma redução das exportações associada ao retorno de problemas com a dívida pública brasileira (ANDRADE, 2022). Esse movimento representava a queda da lucratividade dos capitais privados, que também já estavam insatisfeitos com as tentativas de reformas econômicas propostas pelo governo Dilma. Assim, em decorrência das movimentações políticas da direita contra o governo democraticamente eleito de Dilma, foi articulado um golpe de Estado que foi apoiado pelos grandes capitais e alçava a figura do vice-presidente, Michel Temer, à presidência (SOUZA e SOARES, 2019).

Essa articulação golpista é realizada com a finalidade de instaurar um outro governo que possibilitasse reformas sobre as políticas públicas que iriam retomar a alta lucratividade do principal processo de acumulação vigente, o financeiro. Nesse sentido, compreendemos que o governo Michel Temer atuou em três principais projetos que tinham como finalidade reduzir os gastos do governo com políticas públicas e transferir a maior quantidade dos recursos estatais ao setor privado. Os três principais projetos são i) as *reformas trabalhistas* que reduzem os direitos dos trabalhadores e trazem de volta condições atroz de trabalho, ii) um *novo regime fiscal*, marcado principalmente pela Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) que congelou por 20 anos os gastos públicos destinados à saúde, a educação e a assistência social, e por fim iii) a *reforma da previdência social* que capitaneou novas áreas para o avanço da financeirização. No presente trabalho daremos maior foco às duas últimas (SOUZA e SOARES, 2019).

Em apenas um pouco mais de dois anos de governo, Temer foi responsável pelo desmonte de variadas políticas sociais acusadas de serem práticas populistas que desperdiçavam os recursos públicos, por serem demasiadamente custosos e não condizerem com a arrecadação do país, principalmente, em um momento de suposta crise econômica do Estado brasileiro. Contudo, esse discurso ignorava o fato de que quase 40% do orçamento geral da União estavam concentrados no pagamento de juros e amortizações da dívida. Além disso, mesmo sobre o suposto cenário de crise eram praticadas políticas que concediam isenções fiscais e perdões das dívidas ao setor privado.

O valor concedido em benefícios tributários e financeiros neste ano [2017] supera todas as despesas com saúde e educação (sem contar pessoal), Bolsa Família, benefícios de prestação continuada (BPC), seguro desemprego, abono salarial, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Fundeb e Fies, que, juntos, estão estimados em R\$ 317,44 bilhões para todo o ano de 2017. Segundo os números do Ministério do Planejamento, as renúncias de arrecadação previstas para este ano, com estes benefícios tributários e financeiros, também equivalem a cerca de 32% das receitas totais do governo (última estimativa do governo, feita em agosto, de R\$ 1,28 trilhão). (MARTELLO, 2017 apud SOUZA e SOARES, 2019, p. 17).

É sobre esse contexto que estão situadas as reformas do governo Temer. Não podemos compreendê-las como de fato uma tentativa de buscar soluções à crise econômica que acontecia no país em favor da estabilização, mas sim enquanto uma ação subordinada do governo ao mercado financeiro a fim de que o último conseguisse retomar a alta lucratividade através da ampliação de recursos que podem ser destinados à dívida pública e, assim, ao pagamento de juros ao capital financeiro (SOUZA e SOARES, 2019).

A EC 95 propôs algo que nunca antes havia sido realizado no Brasil, congelar por um período de 20 anos os recursos destinados a programas que garantem o acesso da população a seus direitos humanos básicos, como saúde e educação. Essa medida é o ápice da adoção de um processo incisivo no aprofundamento dos cortes sobre o orçamento das políticas sociais que já vinham ocorrendo desde o início do governo em outros setores. Contudo, ela atuou através da formulação de um arcabouço jurídico que impossibilita a alteração dessas políticas em tempos futuros (ANDRADE, 2022)

Nesse sentido, como já foi explicitado, esse processo é realizado a fim de reduzir as despesas do governo com políticas públicas essenciais e destinar esses recursos para o pagamento de juros da dívida pública. Isso significa, que a EC 95, assim como as outras medidas de corte de gastos, visavam promover a financeirização dos fundos públicos em detrimento da garantia de direitos à população. Sendo assim, os resultados desse movimento são o retrocesso em áreas como da educação, da saúde, na segurança alimentar e habitacional. Ao impor os limites à concessão de recursos em valores extremamente baixos, as políticas afetadas pela EC 95 não conseguem atuar de maneira efetiva e, com o exemplo da área da saúde, problemas que já haviam sido combatidos retornam ao cotidiano da sociedade. O mesmo acontece com as políticas sociais que sofreram corte de gastos incisivos e passaram a ter dificuldades para manter uma atuação concisa (SOUZA e SOARES, 2019).

Além disso, não podemos deixar de pontuar brevemente sobre o projeto de reforma da previdência. Este projeto tem base na justificativa de que o sistema previdenciário brasileiro se encontrava em ruínas e logo mais quebraria (SOUZA e SOARES, 2019). Desse modo, foi um eixo importante ao longo do governo de Temer, pois sua formulação percorreu por todo o período do seu governo, contudo apenas foi aprovado no governo Bolsonaro. Assim, a proposta do projeto era a reformulação das regras previdenciárias de maneira que se prolongasse o tempo de contribuição do trabalhador. Portanto, compreendemos que o projeto além de aumentar os custos dessa política aos trabalhadores, também dificultaria a classe de alcançar a aposentadoria em um tempo digno de trabalho .

Entretanto, a problemática central dessa reforma, para o atual texto, é a capacidade que a mesma possuiria de abrir as portas para o avanço do processo de financeirização na vida social. Em outras palavras, ao se dificultar o acesso da população à previdência social, o mercado financeiro promoveria a alternativa de uma “previdência privada” através dos títulos de capitalização. Dessa forma, os bancos que controlam as parcelas salariais capitalizadas da população os investem na dívida pública e passam a receber os juros derivados dos fundos públicos. Este movimento, representa a mobilização dos salários dos trabalhadores para dar continuidade no aprofundamento do desmantelamento das políticas públicas, a fim de garantir a lucratividade do capital portador de juros (SOUZA e SOARES, 2019). Assim, “num mesmo movimento contínuo e dialético, a classe trabalhadora perde duas vezes: quando tem seus salários utilizados para compra de títulos da dívida pública e quando esta reduz as suas políticas fundamentais (SOUZA e SOARES, 2019, p. 23).

Contudo, as reformas não se resumem apenas aos dois projetos anteriores. Como já citamos, o governo Temer também foi marcado pelo processo de desregulação das leis trabalhistas e precarização do trabalho. Este movimento, que se expande até os dias atuais, é fortalecido pelo avanço do processo de uberização, que em síntese cria um mercado de trabalho informal de entrada facilitada, na qual os serviços oferecidos são monopolizados por empresas virtuais. Esse tipo de trabalho se populariza em decorrência da crise econômica, mas é marcado pela falta de transparência do seu funcionamento e ausência de garantias legais e vínculo empregatício. Com isso, ao se associar ao pensamento de empreendedorismo, impondo ao trabalhador a necessidade de gerir seu próprio trabalho, o processo de uberização avança para além do setor de serviços e se estende a algumas profissões formais, deixando um rastro de precarização do trabalho por onde avança (ANDRADE, 2022).

Em continuidade ao governo de Michel Temer, Jair Messias Bolsonaro é eleito presidente da República em 2019. Seu projeto de gestão do país era declaradamente de caráter neoliberal, assumindo um compromisso de aprofundamento das políticas do governo anterior. O motivo para dar continuidade nas políticas neoliberais era o de combater a crise econômica que perdurava desde 2015. Nesse sentido, o governo inicialmente adota medidas que visam combater os desequilíbrios fiscais, pois segundo Paulo Guedes, o então ministro da economia e ex-Diretor do Banco BTG Pactual, essa era a principal causa da perpetuação da crise. Dessa maneira, ao longo do primeiro ano do governo de Bolsonaro são propostas reformas que visam a redução da atuação econômica do Estado (ARAÚJO, 2023).

Nesse sentido, o governo buscou atuar na criação de estratégias que minimizem os déficits fiscais do governo e, por isso, se comprometeu com a manutenção do novo regime fiscal de Temer e promoveu o avanço das reformas da previdência e de uma reforma tributária. Assim, durante o governo Bolsonaro observamos a pertinência dos cortes de gastos governamentais em políticas públicas, com a manutenção da EC 95 e com projetos que visavam reduzir os investimentos estatais em setores obrigatórios. Ademais, são promovidas uma série de privatizações sob a forma de desinvestimentos. Isso significa que o Estado realizou a venda de subsidiárias de empresas estatais, assim como, a venda das participações acima do mínimo necessário para manter o controle acionário dessas empresas. A partir dessa forma de atuação os trâmites burocráticos dentro do governo eram reduzidos, permitindo uma atuação mais livre para realizar as privatizações. Também foi negociado ao final do governo a privatização da Petrobras e dos Correios, mas estes foram deixados de lado com a derrota de Bolsonaro nas eleições para se reeleger (ARAÚJO, 2023).

Além disso, o governo Bolsonaro aprovou a reforma da previdência projetada durante o governo de Michel Temer. Nesse sentido, observamos que a aprovação dessa reforma induz o aumento das contribuições da população ao passo que se reduz e dificulta-se o acesso aos benefícios (ARAÚJO, 2023). Porém, como já citamos, a principal problemática para o presente trabalho é o movimento de financeirização que essa reforma promove. Ao reduzir os benefícios à população, cria-se o incentivo a última para procurar meios privados que garantam seus direitos. Contudo, este movimento cria um ciclo de aprofundamento dos cortes de gastos públicos com a finalidade de conseguir fundos para o pagamento dos juros da dívida pública, local onde estão situados os títulos das “previdências privadas” (SOUZA e SOARES, 2019). Além dessas reformas, o governo Bolsonaro avança com as reformas trabalhistas intensificando o processo de precarização do trabalho com aprovações de leis que flexibilizam

o trabalho formal, retiram direitos da classe trabalhadora e favorecem o empregador ao reduzir seus ônus financeiros nas contratações CLT (SOUZA e SOARES, 2019).

Além disso, outro movimento importante é a aprovação da lei que retira das funções dos governantes eleitos a capacidade de intervir na economia através da nomeação e exoneração dos presidentes do Banco Central. Com isso, a participação estatal na economia fica ainda mais restrita, pois além de não ser mais um agente produtor direto, com o avanço das políticas de privatizações desde o governo FHC, agora é forçado a abandonar a mínima função que o possibilitava ter algum controle do sistema econômico. Assim, em prol da garantia de um livre mercado, o governo aprova a autonomia do Banco Central, na qual visa garantir a autonomia de decisão sobre a política monetária do país, retirando das funções dos governantes a capacidade de comandar minimamente os objetivos e meios de atuação desse órgão (ANDRADE, 2022).

Todavia, com o avanço da pandemia de Covid-19 no Brasil, durante o segundo ano de mandato de Bolsonaro, as políticas econômicas precisam ser reajustadas frente às demandas sociais, sanitárias e econômicas do país. Devido a letalidade e o rápido contágio da doença, as únicas medidas possíveis para reduzir seu avanço eram as políticas de *lockdown*. Mesmo se opondo a essas políticas, deixando de coordená-las e transferindo a responsabilidade de se adotar as medidas de controle de restrição da população aos prefeitos e governadores, o governo de Bolsonaro ainda precisou lidar com a iminente crise econômica mundial do Coronavírus (ARAÚJO, 2023).

A crise provocada pela pandemia teve, portanto, caráter mundial, e significou um choque de dupla natureza: de oferta, porque a restrição à circulação de pessoas significou também a restrição ao funcionamento cotidiano de empresas em diversos setores de atividade, exceto os considerados essenciais pelos governos; e de demanda, primeiro associada à própria restrição à circulação de pessoas, mas também porque à medida em que tais restrições se prolongavam, crescia o desemprego e a incapacidade dos trabalhadores informais obterem renda. (ARAÚJO, 2023, p. 08)

Os efeitos imediatos dessa crise em território brasileiro foram a queda do consumo, acompanhada pelo aumento do desemprego e da redução dos trabalhos informais. Para mais, também podemos citar a fuga de capitais financeiros e a desvalorização cambial, na qual desencadeiam o avanço da inflação no país. Dessa maneira, para conseguir enfrentar as problemáticas decorrentes da pandemia, o governo teve que abrir mão de sua agenda

neoliberal e deu lugar à políticas públicas de caráter emergenciais. Assim, no âmbito fiscal, o governo reverteu temporariamente as políticas de corte de gastos em setores essenciais ao combate da pandemia, como na saúde. Também formularam novas políticas de transferência de renda tanto para os estados como diretamente para a população, sendo o último através do pagamento do Auxílio Emergencial. Juntamente, promoveram políticas de auxílio nas despesas dos empregadores, visando reduzir o desemprego, pois os empresários com a redução da demanda e, conseqüentemente, de seus faturamentos impulsionaram o aumento das demissões (ARAÚJO, 2023).

Além disso, o governo promoveu a expansão da liquidez nacional ao aderir a políticas de redução das taxas de juros. Esse movimento acontece com a finalidade de ampliar o acesso corporativo a créditos, possibilitando algum fôlego para superar os efeitos da crise. Juntamente, os prazos para o pagamento de dívidas a bancos foram prolongados àqueles clientes confiáveis durante o período da pandemia, bem como foi criado, pelo BNDES, linhas de crédito exclusivas a grandes empresas (ARAÚJO, 2023).

Ainda segundo Araújo (2023), o final do governo Bolsonaro pode ser compreendido como um “pragmatismo eleitoreiro”. Ao final do governo, quando as políticas de caráter emergencial da pandemia cessaram, afluíram-se a dificuldade de se controlar as conseqüências de um reordenamento mundial por causa da crise do Covid-19. Devido às articulações neoliberais incisivas de redução do Estado na economia em processo desde o governo Temer, foram reduzidos os meios possíveis de atuação do governo para evitar o aumento da inflação e do desemprego. Continuar governando sob políticas ortodoxas não surtiria efeitos concretos de melhora econômica e, assim, apenas agravaria a percepção negativa que a população tinha de seu governo. Nesse sentido, na tentativa de criar condições para a sua reeleição, o governo de Bolsonaro passa a combater a inflação através do aumento dos gastos do Estado. Assim, perto do período eleitoral, os valores dos programas de transferência de renda são reajustados pela primeira vez em quatro anos e também pela primeira vez buscou-se adotar políticas para atenuar os efeitos da política de Paridade de Preços Internacionais dos combustíveis (ARAÚJO, 2023).

Por fim, compreendemos que desde o início do governo Bolsonaro, optou-se por dar continuidade e incrementar as políticas neoliberais de seu antecessor. Assim, o governo atuou de acordo com os interesses do capital financeiro, realizando corte sobre as políticas públicas, além de adotar políticas macroeconômicas que favorecessem a usurpação dos fundos públicos

pelo mercado financeiro. Porém, durante o período de pandemia foi necessário que o governo adotasse uma atuação menos ortodoxa, mas ainda dentro dos moldes neoliberais, que durariam por um curto período (ARAÚJO, 2023).

O mais importante, é compreendermos que ambos os governos podem ser vistos como parte de uma nova rodada de neoliberalização no Brasil. Os governos de Temer e Bolsonaro avançaram fortemente na direção neoliberal, mas não apenas através da adoção de políticas com esse caráter ideológico específico. Na realidade, esses governos atuaram com a finalidade de evitar a desaceleração dos lucros dos mercados financeiros em um período de crise. Para isso, esses governos promovem políticas que reduzem os gastos do Estado com políticas sociais, acusando-os de serem demasiadamente altos em relação às arrecadações da União, ao tempo em que promovem o aumento dos lucros dos capitais situados no mercado financeiro. Esses aumentos dos lucros financeiros só são atingidos através da usurpação dos recursos que seriam destinados à população.

Conclusão

Quando se busca entender o que define o neoliberalismo, facilmente é possível cair no erro de abordar esse movimento como sendo um fenômeno exclusivamente econômico. O presente texto buscou apresentar que, por mais que a abordagem teórica econômica seja importante para compreender o neoliberalismo, não devemos reduzir os estudos a apenas essa visão. Muito além de um receituário de políticas econômicas, o neoliberalismo também é uma ideologia que avança sobre o mundo, criando um consenso favorável às teorias econômicas em diversos setores da sociedade que facilitam a realização de reformas que trabalham em favor dos interesses de uma classe dominante e da manutenção de uma ordem internacional. Sendo assim, falar sobre o avanço neoliberal é falar sobre o processo de retomada das taxas de lucro dos grandes capitais através do processo de financeirização.

Nesse sentido, o presente texto avaliou a maneira como o neoliberalismo avançou no Brasil e as principais diferenças e continuidades na condução dessa nova ordem em cada um dos últimos dez governos - totalizando sete diferentes presidentes. Dessa maneira, mesmo que o texto não tenha se aprofundado em destrinchar as nuances das diferentes políticas de cada governo, ainda foi possível observar as principais medidas adotadas em cada um dos governos a fim de dar continuidade ou se opor ao avanço das ideias neoliberais. Concluímos que por mais que em certos momentos houve uma atuação macroeconômica ou política divergente daquela proposta pelo consenso neoliberal, nenhuma foi suficiente para colocar em risco o avanço da neoliberalização no Brasil.

Deste modo, a partir do que foi exposto, compreendemos que no Brasil houve três rodadas de neoliberalização. Uma primeira que perdura durante os governos de Collor, Itamar e FHC que pode ser compreendida como um período de introdução e estabilização da ordem neoliberal. Uma segunda, relativa aos governos de Lula e Dilma, na qual se tem avanço das políticas neoliberais acompanhada de políticas voltadas para melhorias socioeconômicas do país. E uma última referente a Temer e Bolsonaro, na qual ambos os governos aprofundam intensamente as reformas neoliberais com finalidade de retomar os lucros do capital financeiro.

Além disso, ao longo do texto foi apresentado que a autonomia econômica do Brasil é colocada em risco a partir do avanço das políticas neoliberais. Isso significa que, principalmente após o regime de metas, o país perde a capacidade de trabalhar sobre suas

políticas econômicas fora de um eixo neoliberal. Ou seja, em prol da manutenção da estabilidade e, conseqüentemente, da persistência das taxas de lucro do capital financeiro, o Estado é induzido a adotar políticas de austeridade fiscal associada a uma macroeconomia neoliberal. Assim, no final do período governado por FHC e no primeiro governo de Lula esse movimento decorre da necessidade de criar um ambiente econômico previsível ao mercado financeiro e evitar a iminente fuga de capitais. Nos governos de Dilma, os cenários econômico nacional e mundial eram diferentes, porém a existência de uma hegemonia política criava entraves à formulação de políticas contrárias à ordem neoliberal. Por último, Temer e Bolsonaro possuem um alinhamento direto ao neoliberalismo e atuam de acordo aos interesses do capital financeiro, dismantelando políticas públicas a fim de intensificar a transferência dos fundos públicos ao setor privado por meio do pagamento de juros da dívida pública.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do Imperialismo e da Dependência: A Atualização Necessária Ante a Financeirização do Capitalismo**. São Paulo, 2012, cap. 3, tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Economia, USP)

ANDRADE, Daniel Pereira. RODADAS HISTÓRICAS DE NEOLIBERALIZAÇÃO NO BRASIL. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 675-708, dez./2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.2022021> Acesso em: 17 nov. 2023.

ARAÚJO, Victor. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento – CICEF**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-31, julho de 2023. Disponível em: <https://www.afbndes.org.br/vinculo/institucional/a-economia-brasileira-sob-bolsonaro-neoliberalismo-e-pragmatismo/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ARAUJO, Victor Leonardo de ; MATTOS, F. A. M. (Org.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021. v. 1.

BEHRING, Elaine Rossetti. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Vitória-ES, mai./2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081> Acesso em: 30 out. 2023.

BELLUZZO, L. G. de M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, Campinas, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 11–20, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205> Acesso em: 17 nov. 2023.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo e Desenvolvimento em uma Economia Periférica. In: XAVIER, Clésio Lourenço (Org.). **Desenvolvimento Desigual**. Uberlândia, 2004.

CHANG, Ha-Joon. **Economia: modo de usar** - Um guia básico dos principais conceitos econômicos. Isa Mara Lando, Rogério Galindo (Trad.). São Paulo: Portfolio - Penguin, 2015

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo. In: CHESNAIS, François; GÉRARD, Duménil; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. **Uma nova fase do capitalismo?.** São Paulo: Xamã, 2003.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. **Neoliberalismo y sectores dominantes.** Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Buenos Aires. Agosto/2006.

FINE, Ben; SAAD-FILHO, Alfredo. Thirteen Things You Need to Know About Neoliberalism. **Critical Sociology**, v. 43, n. 4-5, p. 1-22, ago./2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0896920516655387> Acesso em: 17 nov. 2023.

GARLIPP, José Rubens Damas. Marx, Keynes & Polanyi e a economia desregulada: três contribuições críticas ao mercado auto-regulado. **Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia**, 2006. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/scripts/redirector.php?u=http%3A%2F%2Fwww.anpec.org.br%2Fencontro2006%2Fartigos%2FA06A145.pdf;h=repec:anp:en2006:145> Acesso em: 30 out. 2023

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2008

LOPREATO, F. L. C. . Política Fiscal: mudanças e perspectivas. In: Ricardo de Medeiros Carneiro. (Org.). **A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula.** São Paulo - SP: Editora Unesp, 2006.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez Editora, 2012

OLIVEIRA, F. A. D. **Economia e política das finanças públicas no Brasil: um guia de leitura.** 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 21-79.

PORTO, Maria Célia da Silva. Estado e Neoliberalismo no Brasil Contemporâneo: implicações para as políticas sociais. In **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2009, São Luís.

SAAD-FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Marx e o Marxismo: NIEP-Marx**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 58-72, ago./2015. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/96> Acesso em: 30 out. 2023

SOUZA, G.; SOARES, M. G. M. Contrarreformas e Recuo Civilizatório: Um Breve Balanço Do Governo Temer. **SER Social**, [S. l.], v. 21, n. 44, p. 11–28, 2019. DOI: 10.26512/ser_social.v21i44.23478. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23478. Acesso em: 22 nov. 2023.

TAVARES, M. da C. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**, [S. l.], v. 5, n. 2, 1985. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org.br/repojs/index.php/journal/article/view/1839> Acesso em: 17 nov. 2023.

TRISTÃO, E. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. **SER Social**, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 104–128, 2011. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12684. Acesso em: 23 nov. 2023.

VIEIRA, Rafaela. Crise do Governo Dilma: A crise econômica Internacional e o “ensaio desenvolvimentista”. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Vitória-ES, mai./2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/23463> Acesso em: 30 out. 2023.